

MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS - CONTRATAÇÕES INTEGRADAS						
CATEGORIA E DESCRIÇÃO DO RISCO			ALOCAÇÃO DE RISCOS		MEDIDAS DE PREVENÇÃO	AÇÕES DE CONTINGÊNCIA
GRUPO	RISCO	CONSEQUÊNCIAS	PÚBLICO GOINFRA	PRIVADO CONTRATADA		
RISCOS DE LICITAÇÃO	1	* Restrição da competitividade ou licitação deserta, diante da incapacidade do mercado de precificar adequadamente os riscos transferidos.	•		<p>* A GOINFRA deve assegurar que o orçamento esteja coerente com o nível de maturidade do anteprojeto, evitando estimativas baseadas em premissas excessivamente genéricas.</p> <p>* A GOINFRA deve mapear e explicitar as principais incertezas técnicas, permitindo que o mercado as compreenda e precifique adequadamente.</p> <p>* A GOINFRA deve utilizar referências paramétricas confiáveis, bancos de custos oficiais e contratações similares como balizadores da estimativa.</p> <p>* A GOINFRA deve avaliar se a transferência de riscos ao contratado está compatível com o grau de definição do objeto, conforme a Lei nº 14.133/2021.</p> <p>* A GOINFRA deve exigir que a empresa ateste, por meio de visita ao local da obra, que o orçamento e as premissas do anteprojeto são compatíveis com a realidade de execução.</p> <p>* A GOINFRA deve reforçar que, ao não impugnar o edital, a licitante aceita integralmente a alocação do risco de cotação como sendo de natureza empresarial.</p>	<p>* Caso o certame apresente baixa atratividade, a GOINFRA deve analisar criticamente as causas, podendo ajustar o modelo ou redefinir o regime de execução, revisar as premissas do anteprojeto e reavaliar a estimativa de custos.</p> <p>* Durante a execução, o fiscal técnico deve avaliar com rigor técnico eventuais pleitos, distinguindo riscos efetivamente transferidos daqueles decorrentes de deficiência na caracterização do objeto.</p> <p>* A GOINFRA deve reforçar os mecanismos de governança contratual e registrar as lições aprendidas, aprimorando futuras contratações integradas.</p>
		* Ampliação da probabilidade de pleitos decorrentes de propostas insuficientes para a plena execução contratual.	[•]	•		
		* Perda de referência econômica para análise de aditivos e do equilíbrio econômico-financeiro, fragilizando a gestão contratual.	•			
	2	* Paralisação ou atraso na execução contratual, comprometendo o atendimento da necessidade pública.	[•]	•	<p>* A GOINFRA deve elaborar orçamento estimativo robusto e compatível com o mercado, reduzindo a probabilidade de propostas artificialmente baixas.</p> <p>* A GOINFRA deve prever no edital critérios objetivos para análise de exequibilidade, exigindo demonstração da viabilidade da proposta quando identificados indícios de preço inexecutable.</p> <p>* A GOINFRA deve avaliar adequadamente custos, produtividades e premissas técnicas do objeto, evitando distorções que incentivem disputa predatória.</p> <p>* A GOINFRA deve estruturar matriz de riscos clara quanto à responsabilidade do licitante pela formação de sua proposta.</p> <p>* A GOINFRA deve realizar análise técnica detalhada das propostas, com apoio da área demandante, antes da adjudicação.</p>	<p>* A GOINFRA deve instaurar diligência formal para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta mediante documentação técnica e econômica.</p> <p>* Caso não comprovada a viabilidade da proposta vencedora, a GOINFRA deve promover a desclassificação da proposta, conforme regras editalícias.</p> <p>* Durante a execução, o fiscal técnico avaliar tecnicamente eventuais pleitos, rejeitando aqueles que decorram exclusivamente de erro na formulação da proposta.</p> <p>* Em situações de inadimplemento, a GOINFRA deve adotar as medidas contratuais cabíveis, inclusive sanções e eventual rescisão, resguardando a continuidade do objeto por meio de nova contratação ou solução administrativa adequada.</p>
		* Elevação do risco de pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro sem respaldo técnico, gerando desgaste administrativo e jurídico.	[•]	•		
		* Possível rescisão contratual, com necessidade de nova contratação, aumento de custos e perda de eficiência.	[•]	•		
		* Execução deficiente do objeto, com redução da qualidade, descumprimento de prazos e maior esforço de fiscalização.	[•]	•		

CATEGORIA E DESCRIÇÃO DO RISCO				ALOCÇÃO DE RISCOS		MEDIDAS DE PREVENÇÃO	AÇÕES DE CONTINGÊNCIA	
GRUPO	RISCO	CONSEQUÊNCIAS	PÚBLICO	PRIVADO				
			GOINFRA	CONTRATADA				
RISCOS DE PROJETO	3	Falhas, omissões ou imprecisões nos anteprojeto, noticiadas durante o procedimento licitatório	* Impugnação da licitação e alteração dos prazos inicialmente previstos para a contratação	●		* Alocção, pela GOINFRA, de projetistas de engenharia/arquitetura com experiência e capacidade técnica necessárias para a elaboração dos anteprojeto, garantindo a sua conformidade com normas técnicas e com a legislação aplicável desde as fases iniciais. * Atuação, pela GOINFRA, de analistas de projeto com experiência e capacidade técnica necessárias para a análise e validação dos anteprojeto no padrão do objeto. * Implementação, pela GOINFRA, de padronização para a elaboração e revisão dos anteprojeto (Ex: Guia de Aceitação e Aprovação de Projetos), adotando equipes capacitadas e ferramentas tecnológicas adequadas. * Adoção, pela GOINFRA, de checklist técnico padronizado para conferência dos documentos, incluindo roteiro obrigatório de conferência técnica como documentação obrigatória de instrução do procedimento licitatório, com Termo de Responsabilidade assinado pelo engenheiro responsável pela revisão/aceitação do anteprojeto. * Verificação, pela GOINFRA, das condições geológicas e geotécnicas no local da intervenção, mediante investigações adequadas de subsolo, adoção de dados atualizados e elaboração de soluções de engenharia robustas validadas por especialistas de cada disciplina.	*Revisão e, se necessário, correção e/ou substituição, pela GOINFRA, de anteprojeto, especificações, quantitativos ou memoriais, identificando os motivos que deram causa à impugnação (investigar negligência, falha de análise ou ausência de validação técnica adequada). *Análise e validação, pela GOINFRA, de anteprojeto, memoriais e quantitativos que necessitem de revisão, de forma célere, com controle de versões e justificativas técnicas registradas. * Abertura de processo administrativo de apuração de responsabilidades em caso de falhas recorrentes, atrasos injustificados ou negligência na validação de anteprojeto.	
			* Alteração dos custos previstos para execução do objeto	●				
			* Desgaste institucional e necessidade de responsabilização por danos causados por erros ou lançamento de dados não fidedignos nos anteprojeto	●				
	4	Falhas, omissões ou imprecisões nos anteprojeto, noticiadas após a contratação do objeto	* Alteração dos prazos inicialmente previstos para entrega do objeto	●			* Alocção, pela GOINFRA, de projetistas de engenharia/arquitetura com experiência e capacidade técnica necessárias para a elaboração dos anteprojeto, garantindo a sua conformidade com normas técnicas e com a legislação aplicável desde as fases iniciais. * Atuação, pela GOINFRA, de analistas de projeto com experiência e capacidade técnica necessárias para a análise e validação dos anteprojeto no padrão do objeto. * Implementação, pela GOINFRA, de padronização para a elaboração e revisão dos anteprojeto (Ex: Guia de Aceitação e Aprovação de Projetos), adotando equipes capacitadas e ferramentas tecnológicas adequadas. * Adoção, pela GOINFRA, de checklist técnico padronizado para conferência dos documentos, incluindo roteiro obrigatório de conferência técnica como documentação obrigatória de instrução do procedimento licitatório, com Termo de Responsabilidade assinado pelo engenheiro responsável pela revisão/aceitação do anteprojeto. * Verificação, pela GOINFRA, das condições geológicas e geotécnicas no local da intervenção, mediante investigações adequadas de subsolo, adoção de dados atualizados e elaboração de soluções de engenharia robustas validadas por especialistas de cada disciplina. * Adoção, pela GOINFRA, de planos de monitoramento com instrumentação geotécnica e registros de campo, assegurando rastreabilidade das informações. * Declaração de Suficiência de Anteprojeto: Inclusão, no edital licitatório, de exigência de que a licitante analise e ateste a adequação e suficiência do anteprojeto, frente ao objeto licitado, na apresentação da proposta.	*Revisão e, se necessário, correção e/ou substituição, pela GOINFRA, de anteprojeto, especificações, quantitativos ou memoriais, identificando os motivos que deram causa à inconformidade (investigar negligência, falha de análise ou ausência de validação técnica adequada) quando não decorrentes de erros detectáveis por diligência técnica ordinária durante a licitação e não impugnados, sobre os quais decaem o direito de pleito, transferindo-se o risco, ou seja, a responsabilidade de revisão, correção e/ou substituição à Contratada. *Análise e validação, pela GOINFRA, de anteprojeto, memoriais e quantitativos que necessitem de revisão, de forma célere, com controle de versões e justificativas técnicas registradas. * Abertura de processo administrativo de apuração de responsabilidades em caso de falhas recorrentes, atrasos injustificados ou negligência na validação de anteprojeto. * Caso se constatem erros indetectáveis do anteprojeto, a Contratada, procederá à revisão e replanejamento do cronograma e, se necessário, do orçamento da obra. Essa revisão deve ser analisada pela GOINFRA e, se legitimada, deverá ser formalizada via Termo Aditivo.
			* Alteração dos custos previstos inicialmente para execução do objeto	●	■			
			* Potencial comprometimento da qualidade final ou da funcionalidade do objeto	●				
			* Desgastes institucional e/ou com os órgãos de Controle	●				
			* Responsabilização administrativa, cível e criminal por danos causados por erros ou lançamento de dados não fidedignos nos anteprojeto	●	■			
	5	Falhas, omissões ou imprecisões nos projetos básicos ou executivos, durante ou após a execução do Contrato	* Alteração dos prazos inicialmente previstos para execução do objeto	■	●		* Disponibilização, pela GOINFRA, de todo o acervo do anteprojeto, além de todos os levantamentos, estudos e sondagens (em formato georreferenciado), para análise crítica estruturada da Contratada; * Alocção, pela Contratada, de projetistas de engenharia com experiência e capacidade técnica necessárias para a elaboração dos projetos, garantindo sua conformidade com as normas técnicas e com a legislação aplicável, incluindo a precisão de quantitativos em relação ao anteprojeto. * Atualização, pela Contratada, das bases e premissas do anteprojeto a partir de levantamentos complementares, quando necessário, e submissão formal à GOINFRA de todos os ajustes necessários no projeto básico ou no projeto executivo, ANTES da etapa executiva vinculada. * Análise, pela GOINFRA, de todos os projetos básicos e executivos, memoriais e quantitativos apresentados pela Contratada, com registro de justificativas técnicas, estudos comparativos entre alternativas viáveis e responsabilidade formalmente atribuída. * Elaboração obrigatória, pela Contratada, de todos os projetos com adoção de modelagem BIM. * Adoção, pela GOINFRA, de planos de monitoramento com instrumentação geotécnica e registros de campo, assegurando rastreabilidade das informações. * Implementação, pela GOINFRA, de padronização para a elaboração e revisão dos anteprojeto (Ex: Guia de Aceitação e Aprovação de Projetos), adotando equipes capacitadas e ferramentas tecnológicas adequadas. * Adoção, pela GOINFRA, de checklist técnico padronizado para conferência dos documentos, incluindo roteiro obrigatório de conferência técnica como documentação obrigatória de instrução do procedimento licitatório, com Termo de Responsabilidade assinado pelo engenheiro responsável pela revisão/aceitação do anteprojeto. * Verificação, pela GOINFRA, de conformidade e realização de monitoramento técnico amostral dos estudos e da elaboração de projetos, escalonada a partir de marcos predefinidos, resultando em validação dos projetos básicos e executivos previamente à execução de cada etapa construtiva.	* Retrabalho sem Ônus com Glosa imediata: Revisão/refazimento do projeto e/ou da etapa executiva, sem custo ou prorrogação de prazo pela GOINFRA, quando caracterizada falha técnica de responsabilidade da Contratada. * Análise, pela GOINFRA, das correções apresentadas pela Contratada nos projetos básicos e executivos, verificando sua compatibilidade com a execução em campo e com as normativas técnicas. * Obrigação da Contratada de reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções devido a falhas de projetos. * Caso se constatem erros indetectáveis do anteprojeto, a Contratada, procederá à revisão e replanejamento do cronograma e, se necessário, do orçamento da obra. Essa revisão deve ser atestada pela GOINFRA e formalizada via Termo Aditivo. * Aplicação, pela GOINFRA, de sanções contratuais e administrativas (ex: multas, suspensão de licitar) em caso de descumprimento das obrigações da Contratada ou da ineficácia das correções implementadas. *O Gestor poderá solicitar à autoridade competente a abertura de processo administrativo de apuração de responsabilidades da Contratada, no caso de constatação e permanência de não-conformidades. *A paralisação motivada por erro técnico da executora é considerada mora da empresa, sendo vedada a suspensão da contagem do prazo contratual durante o período de correção.
			*Alteração dos custos inicialmente previstos para execução do objeto		●			
			*Interrupção da execução do objeto até que as falhas sejam corrigidas.	■				
			* Comprometimento da funcionalidade, durabilidade e segurança do objeto	■	●			
			* Responsabilização administrativa, cível e criminal por danos causados por erros ou lançamento de dados não fidedignos nos projetos	■	●			
			* Possível não aceitação do objeto pela Administração, com repercussões legais e contratuais	■	●			
			* Necessidade de ajustes significativos no projeto executivo, retrabalho/revisão de estudos, alteração de soluções técnicas e novas contratações para adequação da solução.	■	●			

CATEGORIA E DESCRIÇÃO DO RISCO			ALOCÇÃO DE RISCOS		MEDIDAS DE PREVENÇÃO	AÇÕES DE CONTINGÊNCIA
GRUPO	RISCO	CONSEQUÊNCIAS	PÚBLICO	PRIVADO		
			GOINFRA	CONTRATADA		
RISCOS DE PROJETO	6	Indisponibilidade, irregularidade, esgotamento, problemas de licenciamento e restrição de mercado de jazidas.	*Aumento dos custos da obra, em razão da necessidade de transporte de materiais a longas distâncias	●	<p>* Disponibilização, pela GOINFRA, de todo o acervo do anteprojeto, além de todos os levantamentos, estudos e sondagens (em formato georreferenciado), para análise crítica estruturada da Contratada;</p> <p>* Alocção, pela Contratada, de projetistas de engenharia com experiência e capacidade técnica necessárias para a elaboração dos projetos, garantindo sua conformidade com as normas técnicas e com a legislação aplicável, incluindo a precisão de quantitativos em relação ao anteprojeto.</p> <p>* Atualização, pela Contratada, das bases e premissas do anteprojeto a partir de levantamentos complementares, quando necessário, e submissão formal à GOINFRA de todos os ajustes necessários no projeto básico ou no projeto executivo, ANTES da etapa executiva vinculada.</p> <p>* Análise, pela GOINFRA, de todos os projetos básicos e executivos, memoriais e quantitativos apresentados pela Contratada, com registro de justificativas técnicas, estudos comparativos entre alternativas viáveis e responsabilidade formalmente atribuída.</p> <p>* Elaboração obrigatória, pela Contratada, de todos os projetos com adoção de modelagem BIM.</p> <p>* Adoção, pela GOINFRA, de planos de monitoramento com instrumentação geotécnica e registros de campo, assegurando rastreabilidade das informações.</p> <p>* Implementação, pela GOINFRA, de padronização para a elaboração e revisão dos anteprojeto (Ex: Guia de Aceitação e Aprovação de Projetos), adotando equipes capacitadas e ferramentas tecnológicas adequadas. ferramentas tecnológicas adequadas.</p> <p>* Adoção, pela GOINFRA, de checklist técnico padronizado para conferência dos documentos, incluindo roteiro obrigatório de conferência técnica como documentação obrigatória de instrução do procedimento licitatório, com Termo de Responsabilidade assinado pelo engenheiro responsável pela revisão/aceitação do anteprojeto.</p> <p>* Verificação, pela GOINFRA, de conformidade e realização de monitoramento técnico amostral dos estudos e da elaboração de projetos, escalonada a partir de marcos predefinidos, resultando em validação dos projetos básicos e executivos previamente à execução de cada etapa construtiva.</p> <p>* Prever, no edital, que a responsabilidade pela negociação e variações de preços das jazidas é integral da Contratada, vedada a alegação de desconhecimento das condições de mercado local.</p> <p>*Previsão expressa no edital e contrato da responsabilidade integral da Contratada pela negociação, obtenção de autorizações, instituição de servido administrativo, realização de avaliação técnica "antes e depois", pagamento de indenizações e recomposição de danos, com apresentação prévia de plano de exploração e documentação comprobatória da regularidade dominial e ambiental.</p>	<p>* A Contratada deverá substituir imediatamente o fornecedor com problemas de licenciamento ou logística, por outro previamente mapeado, ainda que com maior custo, às suas expensas.</p> <p>* A Contratada deve elaborar um plano logístico emergencial/alternativo para assegurar o abastecimento contínuo de insumos para as frentes de serviço.</p> <p>* A Contratada realizará inspeções para garantir o cumprimento dos requisitos de qualidade dos materiais originários do fornecedor substituído.</p> <p>* A Contratada comunicará a GOINFRA qualquer alteração de jazida ou incidência de multas e sanções ambientais, para fins de monitoramento e eventual atuação institucional junto a órgãos ambientais.</p> <p>* A GOINFRA aplicará sanções contratuais em caso de paralisação não justificada ou reincidência na falha logística.</p> <p>*A GOINFRA pode orientar a abertura de processo administrativo de apuração de responsabilidades contra a Contratada.</p> <p>*Caso se verifique elevação anormal de preços, exigir, pela GOINFRA, que a Contratada comprove a impossibilidade de obtenção de insumos em condições equivalentes antes de qualquer análise de preço.</p> <p>*Em caso de impedimento jurídico, fundário ou ambiental, a Contratada deverá substituir imediatamente a jazida, recompor integralmente a área afetada e assumir todos os custos decorrentes, nos termos da Instrução Técnica Conclusiva nº 40/2025 – SERV-FISCUCENG (item 2.2), vedada a alegação de desequilíbrio econômico-financeiro.</p>
			*Aumento dos custos da obra em razão de restrições econômicas não identificadas previamente	●		
			*Paralisação parcial ou total da execução da obra, por falta de insumos essenciais.	【●】		
			Sanções e penalidades ambientais	【●】		
			*Atraso na entrega da obra e necessidade de reprogramação do cronograma.	【●】		
			*Risco de improdutividade da mão de obra e dos equipamentos mobilizados.	●		
			*Aumento de custos da obra, atrasos no cronograma ou paralisação de frentes de serviço em razão de impedimentos fundários, necessidade de instituição de servido administrativo e pagamento de indenizações decorrentes da exploração de jazidas em propriedades privadas.	●		
	7	Descoberta de bens ou vestígios de valor históricos/arqueológicos	*Paralisação imediata da obra, por exigência legal	●	<p>* Realização, pela GOINFRA, de estudos e prospecções arqueológicas detalhadas na fase de anteprojeto, com consulta e aprovação dos órgãos de patrimônio histórico, para mapear áreas de potencial sensibilidade.</p> <p>* Inclusão, pela GOINFRA, nos termos de referência e em seus contratos, de cláusulas que definam claramente o procedimento a ser adotado em caso de descoberta de bens ou vestígios de valor histórico/arqueológico (notificação imediata, paralisação, responsabilidades e metodologia de custos).</p> <p>* Capacitação, pela GOINFRA e pela Contratada, da equipe de execução e da equipe de fiscalização da obra, para reconhecer vestígios arqueológicos ou de valor histórico para adoção dos procedimentos de notificação e proteção imediata da área.</p> <p>* Previsão, pela GOINFRA, no Edital e/ou em seus anexos, de que os custos extraordinários relacionados à proteção do patrimônio histórico serão analisados e pactuados com o Estado, caso afetem o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.</p> <p>* Elaboração, pela Contratada, de plano de resposta a achados arqueológicos, conforme legislação e protocolos do IPHAN.</p>	<p>* Interrupção imediata, pela Contratada, das atividades executivas na área de descoberta e isolamento do local para garantia da integridade dos achados.</p> <p>* Notificação formal, pela Contratada, do IPHAN (ou órgão competente) e da GOINFRA, fornecendo todas as informações sobre a descoberta e disponibilizando todos os documentos e registros solicitados.</p> <p>*Aguardo, pela Contratada, da realização de avaliação técnica pelos órgãos de patrimônio, que definirão as medidas cabíveis (resgate arqueológico, estudo da área etc.), elaborando plano de ação para a retomada das atividades.</p> <p>*Realização, pela Contratada, de registro documental detalhado da ocorrência e das providências adotadas, como forma de proteger juridicamente os envolvidos. obs.: O Fiscal Técnico da Goinfra também deve registrar todos os fatos ocorridos de forma a documentá-los.</p> <p>*Realização, pela Contratada, de avaliação técnica, em conjunto com a GOINFRA, sobre a viabilidade de manutenção do traçado original ou realização de ajustes de projeto.</p> <p>* Apresentação formal, pela Contratada, de ajustes no cronograma e nos custos decorrentes da paralisação e dos procedimentos de resgate ou de reprojeto, quando aplicável. obs.: Cabe ao Fiscal Técnico avaliar o impacto das alterações nos documentos norteadores do contrato, no cronograma físico-financeiro e nas metas pactuadas.</p> <p>* Manutenção, pela Contratada, de comunicação clara e transparente com todas as partes interessadas sobre o evento, incluindo medidas de proteção do patrimônio e impactos no projeto.</p>
			*Necessidade de intervenção do IPHAN ou órgão estadual de patrimônio	●		
			*Atrasos na execução e entrega da obra	●		
			*Alteração de traçado ou escopo físico da obra	●		
			*Possível necessidade de reavaliação de licenças ambientais	●		
			*Aumento de custos relacionados à adaptação de projeto e à preservação dos bens	●		
	8	Alteração superveniente de legislação, regulamentos ou normas	* Alteração dos prazos inicialmente previstos para execução do objeto	●	<p>* Monitoramento jurídico e regulatório contínuo por parte da Contratada e da GOINFRA, em caso de alteração normativa relevante.</p> <p>* Elaboração de anteprojeto, projetos e demais documentos técnicos com base na legislação e normas técnicas mais atualizadas e consolidadas, reduzindo o risco de alterações.</p> <p>* Inclusão, no Edital ou em seus anexos, de cláusula de equilíbrio econômico-financeiro, com previsão relativa a alteração normativa superveniente.</p>	<p>*Avaliação técnica e jurídica imediata, pela Contratada, sobre o impacto da mudança normativa nos projetos em curso ou já executados.</p> <p>*A Contratada deve providenciar a revisão e adequação dos projetos às novas normas, com validação técnica da GOINFRA.</p> <p>*Paralisação pontual, pela Contratada, dos serviços afetados, quando tecnicamente necessário, para evitar retrabalho ou descumprimento da nova norma.</p> <p>*Formalização, pela Contratada, de solicitação de termo aditivo contratual, com reequilíbrio econômico-financeiro, se a alteração for significativa nos custos ou prazos da obra. Obs.: Cabe ao Fiscal Técnico avaliar os impactos de eventuais alterações de projetos nos documentos, no cronograma físico-financeiro e nas metas pactuadas.</p> <p>*Negociação, pela GOINFRA, com os órgãos reguladores e licenciadores, visando mitigar impactos práticos da alteração normativa.</p> <p>*Emissão, pelo Gestor, com apoio do Fiscal Técnico, de pareceres e relatórios para subsidiar a Administração Pública na tomada de decisões.</p> <p>*Atualização, pela Contratada, do cronograma físico-financeiro a ser submetido à avaliação da GOINFRA, com definição clara de responsabilidades pelos prazos de adequação.</p>
			*Reequilíbrio contratual - impactos econômico financeiros no contrato	●		
			*Necessidade de revisão dos projetos / necessidade de novos licenciamentos ou de revalidação de licenças	●		
			*Interrupção ou suspensão temporária da obra até adaptação às novas exigências.	●		

CATEGORIA E DESCRIÇÃO DO RISCO			ALOCÇÃO DE RISCOS		MEDIDAS DE PREVENÇÃO	AÇÕES DE CONTINGÊNCIA
GRUPO	RISCO	CONSEQUÊNCIAS	PÚBLICO	PRIVADO		
			GOINFRA	CONTRATADA		
RISCOS DE PROJETO	9	* Alteração dos prazos inicialmente previstos para execução do objeto.	●	[●]	* Inclusão, pela GOINFRA, de cláusulas contratuais robustas no Edital que prevejam procedimentos claros para gestão de alterações por força maior e reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme a legislação vigente. * Estabelecimento, pelas partes, de canal formal e contínuo de comunicação com o ente público, visando a antecipação de informações e negociação proativa de potenciais alterações. * Manutenção de cobertura de seguros adequadas que prevejam eventos de força maior ou interrupção de obras, conforme a legislação e a natureza do projeto. * Gestão documental rigorosa, pela Contratada, para garantir rastreabilidade das decisões e facilitar reprogramações.	*Elaboração, pela Contratada, de análise detalhada dos impactos (técnicos, financeiros e de prazo) decorrentes da alteração/evento. *Obtenção, pela Contratada, de aprovação formal das partes envolvidas (Administração Pública, órgãos de controle) para as adequações propostas. Obs.: O Gestor, apoiado pelo Fiscal Técnico, emitirá pareceres e relatórios para subsidiar a Administração Pública na tomada de decisões. *Revisão dos projetos, pela Contratada, com base nas novas condições definidas pelo ente público ou resultantes do evento de força maior. *Elaboração, pela Contratada, de reprogramação do cronograma físico-financeiro, com as devidas justificativas técnicas e avaliação dos impactos, cabendo à GOINFRA formalizar termo aditivo contratual incluindo alterações de prazos e, se necessário, de escopo e valores. *Avaliação, pela Contratada, da necessidade de atualização de licenças ou autorizações já emitidas e submissão desta análise à apreciação da GOINFRA. *Suspensão temporária, pela Contratada, da execução dos serviços afetados, para evitar retrabalho ou desconformidade executiva. Obs.: O Fiscal Técnico, por meio de suas diligências até o local de execução do objeto, poderá recomendar medidas saneadoras.
		*Paralisação temporária da obra para revisão e readequação de projeto	●	[●]		
		*Possibilidade de incompatibilidades com etapas já executadas	●	[●]		
		* Alteração dos custos inicialmente previstos	●	[●]		
	10	* Alteração dos prazos inicialmente previstos para execução da obra e entrega do objeto	[●]	●	* Manutenção, pela Contratada, de interlocução contínua e proativa com as equipes da GOINFRA e demais órgãos licenciadores, por meio de reuniões periódicas e canais de comunicação formalizados, para esclarecimento de dúvidas e alinhamento de expectativas nos processos de aprovação. * Atuação diligente, pela Contratada, na elaboração dos estudos ambientais, na execução dos programas previstos, no atendimento às condicionantes e às solicitações apresentadas nas análises e realíses pelos órgãos responsáveis. * Realização, pela Contratada, de mapeamento prévio e detalhado de todas as aprovações e licenças necessárias (plano de licenciamento), com definição clara de responsáveis, documentos exigidos, interlocutores institucionais e cronograma compatível com o prazo da obra. * Acompanhamento contínuo, pela Contratada, do andamento dos processos, instituindo e mantendo atualizado um arquivo que contemple o registro das movimentações e dos prazos necessários para a tramitação dos processos de aprovação, autorização ou licenciamento nos órgãos competentes conforme o tipo de obra. Esse arquivo deve ser periodicamente compartilhado com a GOINFRA. * Elaboração e certificação, pelas partes, na medida de suas atribuições, de anteprojetos, projetos e memoriais, de acordo com padrões exigidos por cada órgão, evitando indeferimentos ou pedidos de ajustes. * Inclusão, pela GOINFRA, de cláusulas contratuais que associem a responsabilidade das licenças e autorizações à Contratada, salvo em casos expressos que envolvam competência institucional do Estado.	*Verificação, pela Contratada, da previsão de atrasos junto aos órgãos competentes e encaminhamento formal, à GOINFRA, de esclarecimentos e dos novos prazos aplicáveis. *Formalização, pela Contratada, de pleitos de revisões contratuais necessárias (aditivos de prazo e/ou custos), fundamentadas nas análises de impacto das ocorrências relativas ao risco. *Avaliação e implementação, pela Contratada, de soluções paliativas ou reescalonamento de atividades para mitigar impactos no andamento da obra. *Atuação institucional, pela GOINFRA, em casos de morosidade excessiva em órgãos da Administração Pública ou de entraves não solucionáveis pela via técnica. *Aclonamento de assessoramento jurídico, pela Contratada, para análise de medidas cabíveis (recursos, mandados de segurança etc.), se a demora configurar falha ou omissão indevida do órgão da Administração Pública responsável pela licença ou autorização. *Substituição ou reforço, pela Contratada, da equipe designada para obtenção das licenças ou autorizações, caso se identifique deficiência na condução dos processos de aprovação. *Revisão e validação, pela Contratada, dos projetos e demais documentos necessários e reapresentação célere às autoridades competentes, caso ocorram exigências ou indeferimentos. *Registro formal, pela Contratada, de todas as interações com os órgãos licenciadores, para fins de proteção contratual e de instrução processual de medição. *O Fiscal Técnico deve registrar no processo todos os fatos ocorridos durante a obtenção e/ou renovação de pleitos de aprovação para consolidação histórica de documentação.
		* Embargo administrativo, paralisação total ou parcial das atividades	[●]	●		
		* Necessidade de modificações no projeto e/ou serviços executados	[●]	●		
	11	*Interrupção da execução da obra até que os projetos executivos sejam aprovados		●	* Exigência, pela GOINFRA, da entrega escalonada e antecipada dos projetos das etapas críticas, para viabilizar a análise prévia à execução da frente de serviço. * Disponibilização, pela GOINFRA, de equipe técnica dedicada à análise e aprovação dos projetos executivos e institucionalizar o agendamento de reuniões de compatibilização periódicas. * Avaliação, pela GOINFRA, do eventograma da obra, de sua aderência à norma técnica vigente, às etapas sucessoras e predecessoras, à remuneração somente com o cumprimento integral dos eventos e ao estabelecimento de marcos contratuais rígidos e vinculativos para a entrega dos pacotes de projeto, com previsão de sanções financeiras, em caso de descumprimento. * Reforçar o papel do Fiscal Técnico no monitoramento da compatibilidade entre o executado em campo e os projetos validados, com registro de relatórios técnicos regulares. * Inclusão, pela GOINFRA, de cláusula contratual que especifique prazo máximo de atraso nas entregas dos projetos que configuram inexecução total, permitindo rescisão unilateral imediata - definição do gatilho de rescisão.	*Revisão do planejamento da obra, pela Contratada, com a devida reorganização do cronograma conforme o fluxo real de entrega de projetos. *Aplicação, pela GOINFRA, de penalidades contratuais (advertência, glosa, multa) à Contratada, por atraso na entrega dos projetos ou entrega tecnicamente inadequada. *O Gestor com o apoio do Fiscal Técnico pode solicitar à autoridade competente a abertura de processo administrativo de apuração de responsabilidades contra a Contratada, no caso de constatação e permanência de não-conformidades. *Monitoramento intensivo, pela GOINFRA, com a emissão de alerta institucional em caso de descumprimento nos prazos de entrega dos projetos, procedendo avaliação do impacto no interesse público e na integridade contratual. *O Gestor com o apoio do Fiscal Técnico, emitirá pareceres e relatórios para subsidiar a Administração Pública na tomada de decisões.
		*Improdutividade da mão de obra e equipamentos mobilizados.		●		
		* Alteração dos prazos inicialmente previstos para execução da obra e entrega do objeto, com aumento indireto dos custos	[●]	●		
		* Necessidade de retrabalho e novas contratações para continuidade da obra		●		
		* Potencial comprometimento da qualidade final ou funcionalidade do objeto	[●]	●		
	12	* Alteração dos prazos inicialmente previstos para execução da obra e entrega do objeto em função da impossibilidade de iniciar determinados trechos ou dispositivos	●	[●]	* Realização, pela Contratada, de planejamento fundiário prévio detalhado, com mapeamento de áreas afetadas, levantamento domial e identificação dos imóveis e ocupações atingidos. * Submissão prioritária, pela Contratada, de projeto de desapropriação para aprovação e demais providências a cargo da GOINFRA. * Encaminhamento e acompanhamento sistemático, pela GGOINFRA, do andamento dos processos administrativos e judiciais de desapropriação. * Previsão de cláusula contratual orientando que a obra somente poderá ser iniciada nas áreas efetivamente desapropriadas e liberadas pelo Estado. * Adoção, pela Contratada, de critérios de priorização de frentes de obra, de forma que a execução seja iniciada somente em trechos já liberados. * Quando possível, condução de ações de mediação e negociação com ocupantes informais, antes da tomada de medidas judiciais pela GOINFRA.	*Realização, pela Contratada, de reprogramação do cronograma de execução da obra, priorizando frentes liberadas e postergando aquelas afetadas pela pendência fundiária, formalizando as alterações necessárias via aditivos aos instrumentos norteadores do contrato. Obs.: Fiscal Técnico e Gestor devem avaliar os impactos de eventuais alterações de projetos no atingimento do objeto. *Suspensão pontual, pela Contratada, dos serviços ou frentes de obra, realocando recursos para atividades executivas viáveis. *Atuação institucional da GOINFRA para acelerar os trâmites fundiários, inclusive mediante articulação com o Poder Judiciário ou Ministério Público. *Emissão de pareceres e relatórios técnicos, pelo Gestor com apoio do Fiscal Técnico, para subsidiar a Administração Pública na tomada de decisões. *Avaliação técnica, pela Contratada, da possibilidade de soluções alternativas de traçado ou métodos construtivos, de forma a mitigar a dependência das áreas ainda não desapropriadas. *Realização, pela Contratada, de registro minucioso das pendências fundiárias e de suas consequências sobre o andamento da obra. Obs.: O Fiscal Técnico também deve registrar e documentar no processo todos os fatos ocorridos durante a vigência do contrato.
		* Despesas adicionais com paralisação de equipes e equipamentos, custos de mobilização/desmobilização, despesas judiciais e administrativas, e custos de custódia das áreas.	●	[●]		
		* Litígios com proprietários ou ocupantes das áreas, resultando em ações judiciais e maior complexidade na gestão do projeto.	●			

CATEGORIA E DESCRIÇÃO DO RISCO			ALOCÇÃO DE RISCOS		MEDIDAS DE PREVENÇÃO	AÇÕES DE CONTINGÊNCIA
GRUPO	RISCO	CONSEQUÊNCIAS	PÚBLICO	PRIVADO		
			GOINFRA	CONTRATADA		
RISCOS DE CONSTRUIR	13	Desempenho deficiente da Contratada (qualidade, prazo, material)	* Alteração dos prazos inicialmente previstos.	●	* Fiscalização eficiente, pela GOINFRA, a fim de garantir que os projetos sejam elaborados e executados de acordo com as normas técnicas, legislação vigente e especificações do contrato.	* Notificação formal à Contratada, pela GOINFRA, indicando as não conformidades, com prazo para a apresentação de um plano de ação corretivo.
				●	* Instituição, pela GOINFRA, da obrigatoriedade de que a Supervisora elabore relatórios de conformidade e não conformidade, acompanhados de registros técnicos e evidências fotográficas relativos ao andamento da obra, resultado de ensaios de controle tecnológico e cumprimento do planejamento, submetendo-os à gestão do contrato em periodicidade definida.	* Notificação da Contratada, pelo Fiscal Técnico da GOINFRA, para que proceda, no prazo determinado, a correção de eventuais não-conformidades detectadas.
			* Aumento dos custos além dos inicialmente previstos.	●	* Realização, pela GOINFRA, de reuniões de acompanhamento de desempenho com a Contratada em periodicidade pré-definida, com foco na validação do cumprimento do cronograma físico e financeiro e na análise do cumprimento das metas.	* Correção, pela Contratada, nos prazos acordados e às suas expensas, dos serviços executados em desconformidade.
				●	* Substituição, pela Contratada, de materiais inadequados, com reimplantação ou reexecução total da etapa afetada.	* Suspensão da execução, pela GOINFRA, até a correção integral das falhas identificadas.
	14	Necessidade de alterações nas especificações técnicas dos serviços ou materiais durante a execução da obra	* Prejuízo ao desempenho do objeto com possível desenvolvimento de manifestações patológicas durante e após a obra	●	* Revisão contínua dos parâmetros adotados para comprovação de qualificação técnica das licitantes e designação de equipe experiente para análise técnica das propostas.	* Acompanhamento, pela GOINFRA, da execução do plano de ação corretivo da Contratada, exigindo a alocação de recursos adicionais (mão de obra, materiais, equipamentos) às suas expensas, para correção e recuperação de atrasos ou vícios.
				●	* Exigência contratual, pela GOINFRA, de que a Contratada realize e apresente homologação de fornecedores e adote o uso de materiais com certificações de qualidade, laudos técnicos e conformidade com normas da ABNT e legislações aplicáveis.	* Aplicação, pela GOINFRA, das sanções contratuais cabíveis (multas, advertências, suspensão, rescisão), conforme previsto em contrato e na legislação, em caso de não atendimento ou reincidência.
			* Aumento dos custos com manutenção e gastos com retrabalhos, reparos e reforços	●	* Verificação, pela GOINFRA, do plano e dos resultados de controle tecnológico de materiais (obrigatório para a Contratada), dimensionados de acordo com a amostragem prescrita pelas normas vigentes, com ensaios realizados em laboratórios próprios ou credenciados.	* O Gestor do Contrato poderá solicitar à autoridade competente a abertura de processo administrativo de apuração de responsabilidades contra a Contratada, no caso de constatação e/ou permanência de não-conformidades.
				●	* Utilização, pela Contratada, de ferramentas de gestão da qualidade (checklists, inspeções, auditorias internas) validadas pela GOINFRA.	* Acionamento de garantias contratuais (caução, fiança, seguro-garantia, título de capitalização), se necessário, para cobrir os custos de reparos, retrabalhos ou conclusão da obra por terceiros.
	15	Riscos de transtornos significativos ou interrupções inesperadas no fluxo de tráfego	* Extensão dos prazos de execução da obra devido a retrabalhos, necessidade de mobilização de novos recursos ou processos de aprovação de aditivos.	●	* Previsão contratual de obrigação de execução de retrabalho às expensas da Contratada, sem impacto no prazo global, em caso de detecção de não conformidades.	* Rejeição, total ou parcial, do objeto pela GOINFRA, com a adoção das medidas legais cabíveis (ressarcimento, responsabilização, rescisão).
				●	* Padronização, pela GOINFRA, de manuais e guias técnicos de execução e recebimento de obras e serviços de engenharia, com critérios claros e objetivos para aceitação e rejeição.	
			* Necessidade de replanejamento das frentes de serviço com possível interrupção temporária dos serviços afetados	●	* Elaboração, pela Contratada, de projetos com o nível máximo de detalhamento, clareza e compatibilização multidisciplinar, a serem submetidos à avaliação da GOINFRA.	* Na hipótese de constatação de jazidas, areais ou pedreiras em condições mais vantajosas (menor distância), a Contratada deverá ajustar parâmetros e soluções logísticas para otimizar custos e prazos, observando, no mínimo, aqueles já relacionados no anteprojeto.
			* Necessidade de reanálise e reformulação de projetos e memoriais	●	* Realização, pela GOINFRA, de sondagens geotécnicas, levantamentos topográficos e investigações de campo aprofundadas durante a fase de anteprojeto, para mapear e caracterizar as condições do local, bem como a qualidade e viabilidade logística de jazidas, pedreiras, etc., de forma a reduzir imprevistos.	* Suspensão pontual da execução dos serviços afetados, pela GOINFRA, até que a nova especificação técnica seja validada formalmente.
	15	Riscos de transtornos significativos ou interrupções inesperadas no fluxo de tráfego	* Desperdício de recursos (materiais, mão de obra, tempo) com a desconstrução e reconstrução de partes da obra.	●	* Incluir no contrato cláusulas claras e exaustivas sobre o processo de gestão de mudanças e a definição de força maior, definindo os procedimentos a serem adotados, responsabilidades, prazos para análise e aprovação de aditivos, casos de suspensão do contrato e mecanismos de reequilíbrio econômico-financeiro.	* Apoio da GOINFRA, junto aos órgãos licenciadores, caso sejam necessárias novas aprovações.
				●	* Participação ativa da GOINFRA no acompanhamento da execução, com detecção precoce de situações que possam demandar ajustes, incluindo a realização de visitas técnicas detalhadas e levantamento completo de campo antes da finalização dos projetos, para evitar incompatibilidades.	* Notificação da Contratada, pela GOINFRA, quando da identificação de defeitos ou não conformidades durante a execução do objeto.
			* Risco de redução da qualidade final do produto ou serviço se as alterações não forem devidamente gerenciadas ou implementadas.	●	* Formalização de procedimento para solicitação, análise e aprovação de alterações de especificações, com critérios objetivos, monitoramento de informações e garantia de rastreabilidade.	* Revisão do projeto, pela Contratada, com reapresentação à GOINFRA para análise e aprovação.
				●		* Solicitação, pela Contratada, de termo aditivo fundamentado, com a reprogramação do cronograma físico-financeiro, caso haja impacto relevante no prazo da obra.
	15	Riscos de transtornos significativos ou interrupções inesperadas no fluxo de tráfego	* Impedimento do avanço dos trabalhos devido a bloqueios, necessidade de remanejamento de equipes ou ajustes no planejamento.	●		* Aplicação, pela GOINFRA, de penalidades à Contratada, caso a alteração decorra de erro técnico ou falha evitável nos projetos.
				●		* O Gestor do Contrato pode solicitar à autoridade competente a abertura de processo administrativo de apuração de responsabilidades contra a Contratada, no caso de constatação e/ou permanência de não-conformidades.
			* Despesas adicionais com desmobilização/mobilização de equipes, multas por atraso, indenizações, ou retrabalhos.	●		* A Contratada, deve realizar a documentação completa da justificativa da alteração, com laudo técnico e avaliação de impacto, para subsidiar eventual pagamento.
				●		* A Contratada deve atualizar os memoriais, projetos e as-built, com base na alteração realizada, para garantir a integridade documental e funcional da obra.
	15	Riscos de transtornos significativos ou interrupções inesperadas no fluxo de tráfego	* Risco elevado de acidentes envolvendo veículos, pedestres e trabalhadores da obra, resultando em danos materiais e/ou vítimas.	●		
				●		
			* Reclamações por parte dos usuários da via, comerciantes locais e população em geral, impactando a imagem da obra e da administração pública.	●		
				●		
	15	Riscos de transtornos significativos ou interrupções inesperadas no fluxo de tráfego	* Congestionamentos prolongados, aumento do tempo de deslocamento e impactos econômicos na região.	●		
				●		
			* Comprometimento da segurança dos trabalhadores da obra devido à proximidade e movimentação do tráfego.	●		
				●		

CATEGORIA E DESCRIÇÃO DO RISCO			ALOCÇÃO DE RISCOS		MEDIDAS DE PREVENÇÃO	AÇÕES DE CONTINGÊNCIA
GRUPO	RISCO	CONSEQUÊNCIAS	PÚBLICO	PRIVADO		
			GOINFRA	CONTRATADA		
RISCOS DE EXECUÇÃO	16	Ocorrência de eventos imprevisíveis e inevitáveis, como chuvas extraordinárias, desastres naturais, pandemias ou eventos sociais de grande impacto.	* Atrasos significativos no cronograma de execução e entrega das obras.	●	<p>* Inclusão de cláusulas contratuais detalhadas sobre a definição de força maior, procedimentos em caso de ocorrência, suspensão do contrato, mecanismos de reequilíbrio econômico-financeiro e as responsabilidades de cada parte.</p> <p>* Elaboração, pela Contratada, de plano de continuidade que contemple cenários de paralisação por eventos imprevisíveis, janelas climáticas e períodos de maior risco ambiental (ex: chuvas intensas), com cronograma flexível em áreas sensíveis e diretrizes para proteção de ativos, desmobilização segura, comunicação de crise e retomada gradual das atividades.</p> <p>* Monitoramento contínuo, pela Contratada, de alertas meteorológicos, sísmicos, sanitários e de segurança pública, para permitir respostas rápidas e, se possível, ações preventivas com alertas e tomada de decisões antecipadas.</p> <p>* Elaboração de plano de contingência por parte da Contratada, com rotas alternativas, pontos de abrigo, sistemas de alerta e protocolos de evacuação, quando aplicável.</p> <p>* Contratação, pela Contratada, de seguro de obra (inclusive para eventos naturais), com cobertura adequada aos riscos mapeados.</p> <p>* Execução, pela Contratada, de serviços preliminares com foco em estabilização e proteção da obra, como drenagem provisória, contenções temporárias, cercamentos e sinalização de emergência.</p> <p>* Contratação obrigatória, pela Contratada, de Apólice de Risco de Engenharia e Responsabilidade Civil.</p>	<p>* Implementação imediata, pela Contratada, do plano de emergência da obra, priorizando a segurança e evacuação de pessoal, isolamento da área e proteção de equipamentos e materiais, se viável.</p> <p>* Suspensão imediata, pela Contratada, dos serviços afetados pelo evento e notificação formal à GOINFRA e à seguradora sobre o evento, com a máxima brevidade.</p> <p>* Análise técnica e financeira, pela Contratada, dos danos e do impacto no cronograma e no orçamento, com emissão de relatório técnico para instrução de reequilíbrio contratual.</p> <p>* Elaboração e execução, pela Contratada, de plano detalhado para recuperação, reparo ou reconstrução das áreas afetadas, definindo prioridades, recursos necessários e novo cronograma de trabalho.</p> <p>* Revisão, pela GOINFRA, do cronograma físico-financeiro, mediante termo aditivo fundamentado.</p> <p>* Negociação entre GOINFRA e Contratada, para realocação temporária de recursos em outras frentes viáveis da obra.</p> <p>* Realização, pela Contratada, de registro detalhado dos impactos e das medidas adotadas, para fins de pagamento, controle externo e comprovação de caso fortuito.</p> <p>* O Fiscal Técnico deve registrar/formalizar no processo todos os fatos ocorridos durante a execução da obra.</p>
			* Atrasos e custos por chuvas extraordinárias.	● [●]		
			* Aumento dos custos totais do objeto, incluindo despesas adicionais, retrabalhos, manutenção pós-obra e a necessidade de aditivos contratuais.	●		
			* Comprometimento do desempenho do objeto, desenvolvimento de manifestações patológicas, perda de eficiência operacional e, em casos graves, necessidade de reconstrução de partes ou da totalidade do objeto	●		
			* Paralisações da obra, riscos à segurança de trabalhadores e usuários, acidentes de tráfego e prejuízos à fluidez do fluxo viário.	●		
			* Reclamações de usuários, insatisfação, impactos negativos à imagem institucional e potenciais conflitos ou disputas judiciais.	●		
	17	Conflitos ou necessidade de remanejamento de redes de infraestrutura (água, energia, gás, telecomunicações) de concessionárias existentes na área da intervenção.	* Atrasos no cronograma da obra em função da paralisação de frentes de serviço, com possíveis impactos econômicos	[●]	<p>* Mapeamento topográfico e cadastral das redes de infraestrutura existentes na área da intervenção (incluindo sondagens), na fase de anteprojeto, para identificar todas as interferências.</p> <p>* Elaboração de projetos que contemplem soluções de engenharia para o remanejamento das redes identificadas, com detalhamento de custos e cronogramas específicos.</p> <p>* Consulta prévia às concessionárias durante a elaboração dos projetos, com obtenção formal de plantas atualizadas e validação técnica das interferências.</p> <p>* Estabelecimento de comunicação e negociação formal com as concessionárias de serviços públicos nas fases iniciais do projeto, visando firmar convênios ou termos de cooperação para o remanejamento.</p> <p>* Inclusão, no Edital e seus anexos, de cláusulas sobre as responsabilidades de cada parte no remanejamento das redes (inclusive custeio), definindo prazos e condições para a atuação junto às concessionárias.</p> <p>* Inclusão de plano de gerenciamento de interferências no projeto da obra, contendo metodologia, etapas, responsáveis e cronograma específico.</p> <p>* Acordos prévios firmados com concessionárias, com prazos e condições para eventual execução conjunta dos remanejamentos.</p>	<p>* A Contratada deve notificar formalmente as concessionárias e a GOINFRA sobre ocorrência de conflitos ou atrasos.</p> <p>* A Contratada deve realizar ações corretivas imediatas em caso de danos à rede, às suas custas e desenvolver e implementar soluções alternativas ou temporárias para o fornecimento de serviços essenciais à população, em caso de interrupção prolongada.</p> <p>* A GOINFRA deve analisar e, se for o caso, propor medidas legais ou administrativas para garantir o cumprimento das obrigações, em situações de inércia ou não cooperação injustificada das concessionárias.</p> <p>* O Gestor do Contrato poderá solicitar à autoridade competente a abertura de processo administrativo de apuração de responsabilidades contra a Contratada, no caso de constatação e permanência de não-conformidades.</p> <p>* A Contratada deve manter a população informada sobre as interrupções nos serviços e os prazos estimados para normalização, com clareza e transparência.</p> <p>* A Contratada deve paralisar pontualmente a frente de obra afetada e realizar replanejamento emergencial do cronograma, com remanejamento da equipe para outro trecho, priorizando serviços em áreas sem interferência.</p> <p>* A Contratada deve convocar reunião técnica com as concessionárias envolvidas e, se necessário, solicitar presença da GOINFRA, para orientar as soluções mais adequadas.</p> <p>* A Contratada deve orientar a adaptação temporária do método construtivo, para reduzir o impacto ou permitir a coexistência provisória com a rede afetada.</p> <p>* A Contratada deve realizar o registro e a comunicação formal de toda interferência não prevista e seus impactos técnicos, para instrução de eventual reequilíbrio contratual.</p>
			* Necessidade de revisão dos projetos.	[●]		
			* Despesas adicionais com o remanejamento (serviços e materiais), horas extras de equipes, multas por atraso e, potencialmente, indenizações.	●		
			* Desabastecimento ou interrupção temporária de serviços (água, energia, comunicação) para a população local, gerando transtornos e reclamações.	● [●]		
			* Divergências e litígios com as concessionárias sobre responsabilidades, prazos e custos do remanejamento.	●		
			* Risco de avarias às redes durante a execução da obra, implicando em reparos e custos não planejados.	●		
	18	Riscos relacionados a propriedades geotécnicas do solo e massas rochosas diferentes das especificadas.	* Risco de instabilidade em taludes, colapso de fundações ou deformações excessivas em pavimentos, comprometendo a segurança e a integridade do objeto.	[●]	<p>* Investigação geotécnica (sondagens, ensaios de campo e laboratório) com profundidade e densidade adequadas, abrangendo toda a área de influência da obra, na fase de anteprojeto, disponibilizando os dados à Contratada quando da execução da obra.</p> <p>* O anteprojeto deve ser elaborado com base em levantamentos, estudos e dados geotécnicos atualizados, devidamente validados tecnicamente antes da licitação.</p> <p>* A Contratada, ao apresentar a proposta, deve analisar e validar as premissas do anteprojeto, assumindo a responsabilidade pela compatibilização e detalhamento do anteprojeto com os projetos a serem elaborados.</p> <p>* A Contratada deve contratar projetistas e consultores geotécnicos com reconhecida experiência e capacidade técnica para a elaboração e validação dos projetos, integrando nestes os parâmetros levantados a partir do programa mínimo de investigações, garantindo o controle e a verificação da qualidade dos resultados.</p> <p>* Elaboração de projetos que contemplem soluções de engenharia robustas ou alternativas para variações geotécnicas esperadas, incluindo margens de segurança para incertezas.</p> <p>* Implementação de plano de instrumentação geotécnica para monitoramento do comportamento do solo e massas rochosas durante todas as fases da obra, com alertas para desvios.</p> <p>* Inclusão no Contrato de cláusulas claras sobre o tratamento de condições físicas imprevisíveis de subsolo, definindo o processo de notificação, avaliação e eventual necessidade de aditivos de valores.</p> <p>* Registro fotográfico e documental das condições reais do subsolo durante as escavações, para permitir rastreabilidade e defesa técnica.</p>	<p>* A Contratada deve suspender, imediatamente, a execução na área afetada e providenciar a realização de nova campanha de investigação geotécnica.</p> <p>* A Contratada deve executar as novas soluções de engenharia ou métodos construtivos com fiscalização intensificada, mantendo o monitoramento geotécnico para acompanhar o comportamento do terreno.</p> <p>* Se a situação exigir, a Contratada deve implementar soluções de estabilização emergenciais para mitigar riscos iminentes de colapso e garantir a segurança do processo construtivo.</p> <p>* A GOINFRA deve realizar avaliação técnica dos impactos de custo e prazo, com formalização de termo aditivo, quando cabível.</p> <p>* A Contratada deve realizar a reprogramação do cronograma da obra com a priorização de frentes viáveis.</p> <p>* O Gestor do Contrato pode solicitar a abertura de processo administrativo de apuração de responsabilidades contra a Contratada.</p> <p>* O Fiscal Técnico deverá revisar o plano de controle tecnológico para contemplar ensaios adicionais em novas frentes.</p> <p>* A Contratada deve comunicar o evento crítico à GOINFRA, com um relatório técnico que contemple as medidas adotadas, para subsidiar a fiscalização institucional.</p>
			* Interrupção das atividades para reanálise, readequação de projeto e implementação de novas soluções ou métodos construtivos.	[●]		
			* Despesas adicionais com novas investigações, revisões de projeto, materiais especiais, métodos construtivos mais complexos e retrabalhos.	[●]		
			* Pleito de aditivos contratuais para formalização de alterações de escopo, prazos e valores.	[●]		
			* Complicações inesperadas em etapas como escavações, aterros e cravação de estacas.	●		
			* Riscos à segurança dos trabalhadores decorrentes de instabilidades do subsolo.	[●]		

CATEGORIA E DESCRIÇÃO DO RISCO			ALOCÇÃO DE RISCOS		MEDIDAS DE PREVENÇÃO	AÇÕES DE CONTINGÊNCIA
GRUPO	RISCO	CONSEQUÊNCIAS	PÚBLICO GOINFRA	PRIVADO CONTRATADA		
RISCOS DE EXECUÇÃO	19	Riscos decorrentes de condições geológicas inesperadas ou inadequadamente investigadas	* Exigência de revisões substanciais no projeto de fundações, estruturas de contenção ou terraplenagem.	【●】	●	*A Contratada, de posse dos anteprojetos, deverá elaborar projeto complementar ou de reforço, bem como revisar os métodos construtivos, para adequá-los às condições geológicas que se apresentarem no local da intervenção, submetendo-o à GOINFRA, para validação. *Implementação imediata pela Contratada, se necessário, de soluções de contenção ou estabilização emergenciais para prevenção de danos ou acidentes. *Paralisação imediata, pela Contratada, dos serviços em andamento nas frentes afetadas, até realização de nova avaliação técnica e ajuste de projeto. *Execução emergencial, pela Contratada, de sondagens adicionais e mapeamento geológico detalhado do trecho impactado. *Quando aplicável, revisão dos projetos pela Contratada, a partir da readequação do anteprojeto, submetendo-os à validação da GOINFRA. *Proposição, pela Contratada, de termo aditivo ao contrato, com justificativa técnica, revisão do cronograma físico-financeiro e aditivo de custos (este último, apenas quando juridicamente aplicável). *Remanejamento, pela Contratada, das frentes de trabalho, mantendo o andamento da obra em áreas não afetadas. *A Contratada deve formalizar o evento como "risco geológico não mapeado", para fins de acompanhamento pelos órgãos de controle. *O Fiscal Técnico deve registrar/formalizar no processo todos os fatos ocorridos durante a execução da obra.
			* Despesas adicionais com novas investigações, materiais específicos, métodos construtivos.	【●】	●	
			* Paralisação das atividades para reanálise das condições, adequação de projeto e execução de soluções adicionais.	【●】	●	
			* Risco de deslizamentos, recalques diferenciais, colapsos ou outros acidentes, comprometendo a segurança da obra e dos trabalhadores.		●	
			* Complicações inesperadas em atividades como escavações, perfurações ou detonações.		●	
			* Potenciais disputas quanto à responsabilidade pelos custos e atrasos decorrentes das condições não previstas.	【●】	●	
	20	Falhas ou atrasos relacionados à execução de controle tecnológico	* Realização de controle tecnológico sem aderência com as normas e diretrizes técnicas e sem monitoramento pelo responsável técnico.		●	* Estabelecimento objetivo dos requisitos técnicos relacionados ao controle tecnológico nos instrumentos norteadores da contratação, ou, alternativamente, indicação de manuais e normativos técnicos a serem seguidos. * Realização, pela GOINFRA, de inspeções e fiscalizações periódicas durante a execução dos serviços, incluindo o acompanhamento específico da realização e do registro de resultados de ensaios. * Previsão, nos instrumentos norteadores da contratação, da entrega de relatórios que reúnam os ensaios e verificações realizados em campo e em laboratório, com o objetivo de garantir a conformidade dos materiais e serviços com as normas técnicas vigentes e a conformidade das especificações/diretrizes técnicas estabelecidas no anteprojeto com aquelas adotadas nos projetos básico e executivo. * Realização, pela GOINFRA, de contraprova do controle tecnológico e conferência amostral de certificados de calibração, de laudos técnicos e de registros de manutenção dos equipamentos utilizados pela Contratada. * Adoção, pela Contratada e pela GOINFRA, de formulários, checklists e relatórios padronizados para acompanhamento e registro dos ensaios relativos aos serviços realizados e de inconformidades constatadas. * Previsão, nos instrumentos norteadores da contratação, de sanções para o uso de equipamentos inadequados e para constatação de irregularidades, para persistência de inconformidades e para omissões na execução dos ensaios de controle tecnológico.
			* Prejuízo à qualidade/desempenho do serviço executado, retrabalho e aumento dos custos.	【●】	●	
			* Descumprimento ao prazo para entrega do objeto.	【●】	●	
			* Dificuldades para recebimento do objeto e extensão de garantia.	【●】	●	
	21	Falhas ou atrasos no preenchimento do diário de obras, na emissão de ARTs ou em quaisquer outros documentos técnicos necessários ao registro das atividades e ao monitoramento da execução dos serviços	* Prejuízo à rastreabilidade e à comprovação da execução dos serviços		●	* Notificação da Contratada, pela GOINFRA, solicitando correções imediatas em caso de inadequações ou inconformidades relacionadas ao preenchimento ou atualização do diário de obra, emissão e atualização de ARTs e demais documentos necessários ao monitoramento da execução dos serviços; * Caso a falha seja recorrente, solicitação de que a Contratada realize a substituição do colaborador responsável pelo preenchimento e/ou conferência do diário da obra; * A GOINFRA deve gerar relatórios de não conformidades para documentar as falhas e os impactos das omissões, estabelecendo planos de ação corretiva e emissão de notificações à Contratada; * Caso o erro comprometa o andamento dos serviços ou a análise de seu progresso, a Contratada deve implementar ações corretivas que incluam a regularização do preenchimento do diário de obras, das ARTs e, se necessário, a reavaliação do cronograma por meio de aditivo; * Em situações críticas, nas quais a ausência de documentos possa comprometer a segurança ou a qualidade dos serviços, a GOINFRA deve suspender temporariamente os serviços não prioritários, até sua devida regularização; * O Gestor do Contrato deve registrar no processo todos os fatos ocorridos durante a gestão do contrato para documentá-los; * A GOINFRA pode aplicar penalidades à Contratada, se caracterizado descumprimento de obrigações relativas ao cumprimento do cronograma, à aplicação das diretrizes e normas técnicas, à segurança e à garantia da qualidade e do desempenho do objeto.
			* Comprometimento da segurança técnica e da responsabilidade profissional		●	
			* Atrasos na aprovação de medições e pagamentos, e/ou suspensão dos pagamentos		●	

CATEGORIA E DESCRIÇÃO DO RISCO			ALOCÇÃO DE RISCOS		MEDIDAS DE PREVENÇÃO	AÇÕES DE CONTINGÊNCIA
GRUPO	RISCO	CONSEQUÊNCIAS	PÚBLICO GOINFRA	PRIVADO CONTRATADA		
RISCOS DE EXECUÇÃO	22	Inadimplência (não pagamento) de encargos atinentes à execução do objeto, conforme a legislação vigente.	* Sujeição a processos judiciais e administrativos, podendo resultar em responsabilização cível, tributária e trabalhista, inclusive com eventuais sanções e obrigações de ressarcimento	【●】	●	* Notificação formal, pela GOINFRA, da Contratada inadimplente, com prazo para apresentação de comprovação de regularidade. * A Contratada deverá pagar, de forma imediata, todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários, securitários, comerciais, entre outros, conforme a legislação vigente, resultantes da execução/fiscalização da obra que estiverem em atraso. * Suspensão, pela GOINFRA, de novos pagamentos, enquanto a Contratada não comprovar a regularização de suas obrigações. * Adoção, caso necessário, pela GOINFRA, de medidas judiciais e extrajudiciais, incluindo o acionamento das garantias contratuais.
			* Paralisação da execução contratual	【●】	●	* Formalização da regularidade, pela Contratada, junto à GOINFRA, com a instrução de documentos comprobatórios, para registro no processo técnico de fiscalização do objeto.
			* Necessidade de retrabalho e de novas contratações para continuidade da obra	【●】	●	* Em caso de ação judicial, trabalhista ou fiscal, a GOINFRA deverá atuar com base em documentos que comprovem a devida diligência na fiscalização da execução contratual.
	23	Impossibilidade de início da obra, após a emissão da Ordem de Serviço, por restrições supervenientes não previstas na contratação	* Alteração dos prazos inicialmente previstos para a entrega do Objeto	【●】	●	* Suspensão imediata, pela GOINFRA, dos efeitos da Ordem de Serviço até a completa resolução da restrição. * Reprogramação, pela Contratada, do cronograma físico-financeiro, com a priorização de serviços não afetados pela restrição, quando possível.
			* Aumento dos custos inicialmente previstos	【●】	●	* Verificação, pela Contratada, da viabilidade de redirecionamento da equipe mobilizada para execução das atividades preliminares para serviços administrativos, para redução de perdas. * Atuação da GOINFRA junto aos órgãos públicos ou instâncias superiores, para verificar a possibilidade de remoção dos entraves e restrições.
	24	Deficiências na mobilização e na alocação de recursos/equipes/equipamentos, impactando o cumprimento do contrato e a execução dos serviços	* Alteração dos prazos e aumento dos custos inicialmente previstos	【●】	●	* Notificação formal da Contratada, pela GOINFRA, sobre a recusa em executar os serviços, solicitando explicações e possíveis soluções para cumprimento do planejado no Eventograma ou no cronograma físico financeiro. * Aplicação, pela GOINFRA, das penalidades previstas no contrato, como multas ou retenção de pagamentos, por recusa na mobilização para início dos serviços ou por baixa alocação de efetivo nas frentes de serviço. * A Contratada deverá acionar as garantias contratuais (fiança, seguro-garantia), se necessário, para cobrir os custos de reparos, retrabalhos ou conclusão da obra por terceiros. * Caso necessário, a Contratada revisará o cronograma físico-financeiro ou o Eventograma, para compensar os atrasos na mobilização, mediante termo aditivo fundamentado. * O Gestor do Contrato poderá solicitar à autoridade competente a abertura de processo administrativo de apuração de responsabilidades contra a Empresa Contratada, no caso de constatação e permanência de não-conformidades. * O Fiscal Técnico deve registrar no processo todos os fatos ocorridos durante a gestão do Contrato para documentá-los. * Caso a segurança, a qualidade ou o desempenho do objeto sejam comprometidos, a GOINFRA pode rescindir o contrato ou solicitar a substituição da equipe técnica responsável, com base em desempenho insatisfatório.
			* Impacto nas relações contratuais e na segurança operacional		●	
			* Paralisação da execução contratual	【●】	●	
			* Necessidade de retrabalho e de novas contratações para continuidade da obra		●	
			* Prejuízo à qualidade e ao desempenho do serviço executado.	【●】	●	
	25	Ocorrência de acidentes de trabalho durante a execução dos serviços	* Alteração dos prazos inicialmente previstos para a entrega do Objeto	【●】	●	* Paralisação imediata, pela Contratada, da frente de serviço em que ocorreu o acidente. * A Contratada deve isolar a área, comunicar às autoridades competentes e emitir a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) em até 24 horas da ocorrência do acidente. * A GOINFRA deve incluir, nos registros de monitoramento da contratação, menção às causas do acidente e as medidas corretivas diligenciadas pela Contratada. * A Contratada deverá atender a todos os procedimentos legais e arcar com todos os custos relativos ao acidente de trabalho, sem custos ao Estado de Goiás. * Caso necessário, a Contratada deverá revisar sua documentação técnica orientativa e seus procedimentos de segurança do trabalho. * Se verificada irregularidade, a GOINFRA deve emitir notificação formal à Contratada e monitorar a adoção das melhorias requeridas. * O Fiscal Técnico deve registrar no processo todos os fatos ocorridos durante a gestão do contrato para documentá-los.
			* Prejuízos ao trabalhador com a ocorrência de lesão corporal ou perturbação funcional que causa a morte, a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.		●	
			* Pagamento de indenizações		●	

CATEGORIA E DESCRIÇÃO DO RISCO			ALOCÇÃO DE RISCOS		MEDIDAS DE PREVENÇÃO	AÇÕES DE CONTINGÊNCIA
GRUPO	RISCO	CONSEQUÊNCIAS	PÚBLICO	PRIVADO		
			GOINFRA	CONTRATADA		
RISCOS DE EXECUÇÃO	26	Paralisação ou interferência na obra em virtude de fiscalizações por órgãos de controle ou ambientais por erro da CONTRATADA	*Alteração dos prazos inicialmente previstos para a entrega do objeto	●	* Garantia de obtenção de todas as licenças e autorizações legais, antes do início das atividades. * Todos os envolvidos deverão atender, no prazo requerido, às exigências e questionamentos apresentados pelos órgãos de controle, no exercício de suas atribuições e responsabilidades. * Exigência contratual de que a Contratada cumpra todas as normas legais e ambientais, ajustando soluções e métodos executivos conforme condicionantes, sujeita à responsabilidade integral por eventuais infrações, sob pena de rescisão ou sanções. * Elaboração, pela Contratada, de checklists regulatórios e de verificação do atendimento às diretrizes da legislação ambiental, antes do início da obra. * Acompanhamento constante da Contratada, quanto à vigência e cumprimento das condicionantes ambientais. * Atuação da GOINFRA na interlocução institucional com os órgãos ambientais e regulatórios, além da fiscalização propriamente dita do cumprimento das obrigações documentais e ambientais, com consolidação de registros formais.	* Suspensão de Pagamentos: Interromper imediatamente novas medições até que a Contratada apresente o comprovante de regularização (ex: baixa de embargo ou quitação de multa). * Plano Corretivo de Conta e Riscos: Exigir que a Contratada elabore e execute um plano de recuperação técnica sem qualquer custo adicional para a Administração. * Interlocução Institucional Restritiva: A GOINFRA deve atuar junto ao órgão ambiental/controle apenas para facilitar a tramitação do processo, deixando claro que a responsabilidade pela infração e pelas provas de correção é da empresa. * Glosa de Custos Operacionais: Quantificar as horas técnicas da fiscalização gastas na gestão desta crise para futuro desconto nas faturas da empresa, como perdas e danos administrativos. * Manutenção de Prazo e Mora: Registrar o período de paralisação como mora da Contratada. O cronograma físico não deve ser "empurrado" (aditivado); a empresa deve acelerar o ritmo (às suas expensas) para recuperar o tempo perdido após a retomada. * Execução de Garantia para Multas: Caso o órgão de controle multe a GOINFRA solidariamente, iniciar imediatamente o processo de repasse desse ônus à empresa e, se necessário, acionar a seguradora (Seguro-Garantia).
			*Suspensão total ou parcial da obra	●		
			*Autuações, multas ou penalidades aplicadas por órgãos fiscalizadores	●		
			*Necessidade de alteração de soluções de projeto, mudanças de método executivo ou reprogramação de frentes de serviço	●		
			*Aumento dos custos inicialmente previstos	●		
	27	Paralisação ou interferência na obra em virtude de fiscalizações por órgãos de controle ou ambientais por erro do CONTRATANTE ou Fatos Supervenientes e Imprevisíveis	*Alteração dos prazos inicialmente previstos para a entrega do objeto	●	* Análise Preventiva de Conformidade: Realizar revisões periódicas em toda a documentação técnica e licenças ambientais antes das fases críticas da obra para identificar e sanar omissões da GOINFRA. * Matriz de Interlocução Institucional: Estabelecer um canal técnico direto e formal com órgãos de controle (TCE-GO) e ambientais (SEMAD) para validação prévia de interpretações sobre o edital e condicionantes. * Dossiê de Fatos Imprevisíveis: Manter um registro fotográfico e documental diário (Diário de Obra Digital) rigoroso sobre eventos da natureza ou interferências externas que configurem fatos supervenientes, garantindo prova imediata do nexo causal. * Análise de Risco de Projeto (Checklist): Validar, antes da ordem de serviço, se as especificações técnicas da GOINFRA possuem inconsistências que possam ser questionadas pelos órgãos de controle, permitindo ajustes via apostilamento antes do início da execução. * Plano de Gestão de Crise em Fiscalização: Treinar a equipe de fiscalização da GEMED para o pronto atendimento a auditores, garantindo que toda a informação solicitada seja entregue via protocolo formal, evitando paralisações por "falta de transparência".	* Suspensão Formal do Prazo Contratual: Emitir a ordem de paralisação, visando evitar a caducidade do cronograma e o pagamento de ociosidade indevida. * Plano de Desmobilização Controlada: Determinar que a Contratada apresente um plano de desmobilização mínima, mantendo apenas a vigilância e os serviços de preservação do canteiro para reduzir os custos fixos durante a parada. * Mediação Técnica com Órgãos de Controle: Instaurar força-tarefa jurídica e técnica para responder aos apontamentos dos órgãos de controle ou ambientais, buscando a assinatura de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) que permitam a retomada parcial da obra. * Repactuação do Cronograma Físico-Financeiro: Formalizar, via termo aditivo, a atualização das metas e dos marcos contratuais após a cessação do impedimento, adequando a execução à realidade orçamentária pós-paralisação. * Reequilíbrio por Encargos de Ociosidade: Analisar, de forma restritiva, pleitos de indenização por ociosidade de equipe e equipamentos, exigindo a prova documental de que tais recursos não puderam ser realocados em outras frentes ou obras. * Ajuste de Projeto por Fato Superveniente: Promover a revisão imediata das especificações técnicas caso o fato imprevisível (ex: nova geologia ou descoberta ambiental) exija mudança no método executivo, garantindo a viabilidade técnica da retomada.
			*Suspensão total ou parcial da obra	●		
			*Autuações, multas ou penalidades aplicadas por órgãos fiscalizadores	●		
			*Necessidade de alteração de soluções de projeto, mudanças de método executivo ou reprogramação de frentes de serviço	●		
			*Aumento dos custos inicialmente previstos	●		
			* Judicialização, impedindo a retomada do objeto	●		
	28	Degradação, poluição ou erosão na área de execução dos serviços, adstrito aos fatos ocorridos a partir do início da obra	*Aumento dos custos inicialmente previstos	●	* A Contratada deverá observar o cumprimento da legislação ambiental, seguir as orientações do anteprojeto e, caso detectado em campo, realizar novos estudos técnicos de adequação para o projeto executivo. * A GOINFRA deverá fiscalizar, controlar e monitorar todas as ações realizadas pela Contratada, bem como validar os projetos executivos e soluções ambientais por ela elaborados. * Uso obrigatório pela Contratada de contenções (barraginhas, bacias de retenção, cortinas vegetadas etc.) em áreas de risco erosivo. * Previsão contratual de responsabilização da Contratada por qualquer dano ambiental decorrente de má execução ou omissão. * Inclusão de cláusulas contratuais prevendo sanções por descumprimento das exigências ambientais, incluindo multas contratuais e retenção de pagamentos.	*Suspensão imediata, pela Contratada, da frente de serviço afetada e comunicação formal da ocorrência junto à GOINFRA, com apresentação de plano de ação para mitigação de seus efeitos. *A Contratada deve realizar ações corretivas, sendo responsável por planejar, programar e controlar a execução dos serviços emergenciais, alocando os recursos humanos, materiais e equipamentos necessários. *A Contratada será obrigada a corrigir ou substituir, às suas expensas, qualquer dano ambiental. *O Gestor do Contrato da GOINFRA pode notificar a Contratada quando for identificada alguma não conformidade, como defeitos ou danos na execução do objeto. *Suspensão, pela GOINFRA, de novos pagamentos, enquanto a Contratada não providenciar a regularização de suas obrigações. *O Gestor do Contrato da GOINFRA deve registrar todos os fatos ocorridos no processo, determinando e/ou comunicando o que for necessário para sua regularização. *A GOINFRA pode atuar em conjunto com órgãos ambientais, se necessário, para negociar um termo de compromisso ambiental. *A GOINFRA pode aplicar sanções contratuais e, se for o caso, rescindir o contrato, por descumprimento grave às diretrizes contratuais e à legislação vigente. *A Contratada deverá pagar multas e responder às ações judiciais advindas da ocorrência do dano. *O Gestor do Contrato pode solicitar à autoridade competente a abertura de processo administrativo de apuração de responsabilidades contra a Empresa Contratada no caso de constatação e permanência de não-conformidades.
			*Autuações e sanções por infrações ambientais	●		
			*Necessidade de recuperação ambiental da área impactada	●		
			*Paralisação das obras por determinação de órgão ambiental	●		
			*Alteração dos prazos inicialmente previstos para a entrega do objeto	●		
	29	Multas e ações judiciais por descarte inadequado de resíduos	*Aplicação de multas ambientais, sanitárias ou administrativas pelos órgãos competentes	●	* Cumprimento, pela Contratada, da legislação ambiental, incluindo a elaboração e implementação de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), em conformidade com a legislação vigente e com as normas técnicas da ABNT, a exemplo da NBR 10004. * Contratação, pela Contratada, de empresa licenciada para coleta e transporte de resíduos, com exigência de comprovantes de destinação. * Fiscalização, monitoramento e controle, pela GOINFRA, das ações realizadas pela Contratada, relacionadas ao descarte de resíduos e à implementação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. * A Contratada deverá emitir relatórios mensais de controle e rastreabilidade dos resíduos, encaminhando-os à GOINFRA. * Previsão contratual de sanções severas para descarte inadequado (multa, retenção, rescisão).	*A Contratada será obrigada a corrigir ou substituir, às suas expensas, qualquer dano decorrente do descarte inadequado de resíduos. *A Contratada deverá pagar multas e responder às ações judiciais advindas da ocorrência do dano. *A Contratada deve interromper imediatamente a atividade geradora do descarte irregular, realizar a remoção dos resíduos e a destinação adequada. *A GOINFRA deve notificar a Contratada para a apresentação e execução imediata de um plano corretivo. *A Contratada deve realizar comunicação formal à GOINFRA e, se necessário, aos órgãos ambientais, para comprovar a ação corretiva tempestiva. *A GOINFRA pode aplicar sanções contratuais (multa, suspensão, rescisão do contrato). *O Gestor do Contrato poderá solicitar à autoridade competente a abertura de processo administrativo de apuração de responsabilidades contra a Empresa Contratada, no caso de constatação e permanência de não-conformidades. *A Contratada deve encaminhar a documentação técnica e fotográfica da ocorrência e das providências adotadas, para fins de registro. *O Fiscal Técnico deve registrar no processo todos os fatos ocorridos durante a execução da obra.
			*Ações judiciais (cíveis ou penais) por dano ou crime ambiental	●		
			*Remoção e destinação ambientalmente adequada dos resíduos	●		
			*Suspensão da obra por embargo administrativo ou judicial	●		

CATEGORIA E DESCRIÇÃO DO RISCO			ALOCÇÃO DE RISCOS		MEDIDAS DE PREVENÇÃO	AÇÕES DE CONTINGÊNCIA
GRUPO	RISCO	CONSEQUÊNCIAS	PÚBLICO	PRIVADO		
			GOINFRA	CONTRATADA		
RISCOS DE EXECUÇÃO	30	Deficiências no cumprimento de diretrizes das licenças ambientais	*Embargo ou suspensão da obra por descumprimento de condicionantes.	[●]	●	*A Contratada será obrigada a corrigir ou substituir, às suas expensas, qualquer dano ambiental. Também deverá pagar multas e responder às ações judiciais advindas da ocorrência do dano. *A Contratada deve realizar uma reunião emergencial com os órgãos ambientais para esclarecimentos e negociação de cronograma de correção. *A Contratada deve paralisar imediatamente a frente afetada, com notificação formal à GOINFRA. *Suspensão, pela GOINFRA, de novos pagamentos, enquanto a Contratada não providenciar a regularização de suas obrigações. *A Contratada deve realizar comunicação formal à GOINFRA para ciência e acompanhamento institucional. *A GOINFRA pode aplicar sanções contratuais e, se necessário, realizar a revisão da governança contratual. *A Contratada deve formalizar um relatório técnico completo sobre a falha e suas correções, para fins de auditoria e defesa institucional.
			*Aplicação de multas e sanções pelos órgãos ambientais.	[●]	●	
			*Obrigação de executar ações corretivas e compensatórias.	[●]	●	
			*Atraso na liberação da Licença de Operação.	[●]	●	
	31	Danos à Administração Pública ou a terceiros decorrentes da execução da obra	*Ações judiciais ou pedidos de indenização por terceiros	[●]	●	*Acionamento obrigatório, pela Contratada, da Apólice de Risco de Engenharia e Responsabilidade Civil Geral, anteriormente ao encaminhamento de qualquer pleito à GOINFRA. *Contenção e sinalização imediata da área afetada pela Contratada. *Notificação da Contratada, pela GOINFRA, para providenciar, por sua conta, a reparação integral dos danos. *A Contratada será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução contratual devido a falhas de execução. *Suspensão, pela GOINFRA, de novos pagamentos enquanto a Contratada não providenciar a regularização de suas obrigações. *Comunicação formal da situação, pela Contratada, junto à GOINFRA e, se necessário, aos órgãos públicos afetados (ex: concessionárias, defesa civil, prefeitura). *O Gestor do Contrato pode solicitar à autoridade competente a abertura de processo administrativo de apuração de responsabilidades contra a Contratada, no caso de constatação e permanência de não-conformidades. *Acionamento, pela Contratada, do seguro de responsabilidade civil, quando aplicável. *A GOINFRA pode aplicar sanções contratuais à Contratada (multa, suspensão, rescisão parcial, etc.). *Acompanhamento jurídico da ocorrência, pela GOINFRA, com elaboração de relatório técnico-jurídico para a defesa institucional da Administração Pública. *O Fiscal Técnico deve emitir pareceres e relatórios como forma de subsidiar a Administração Pública na tomada de decisões.
			*Danos a equipamentos ou bens públicos	[●]	●	
			*Prejuízos financeiros ou dano ao erário por necessidade de refazimento, indenização ou reparação	[●]	●	

CATEGORIA E DESCRIÇÃO DO RISCO			ALOCÇÃO DE RISCOS		MEDIDAS DE PREVENÇÃO	AÇÕES DE CONTINGÊNCIA
GRUPO	RISCO	CONSEQUÊNCIAS	PÚBLICO GOINFRA	PRIVADO CONTRATADA		
RISCOS ADMINISTRATIVOS	32	Rescisão do contrato, por culpa da Contratada.	* Nova contratação e consequente atraso na entrega do objeto.	●	* Inclusão, pela GOINFRA, de cláusulas contratuais que prevejam as obrigações das partes, os prazos de execução, as métricas de desempenho e qualidade, bem como os procedimentos de comunicação, notificação, aplicação de sanções, penalidades e responsabilização da Contratada por perdas e danos, quando der causa a rescisão contratual. * A GOINFRA deverá realizar avaliação técnica, jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira rigorosa das licitantes, na fase de habilitação da licitação, em conformidade com o art. 63 da Lei Federal 14.133/2021. * A GOINFRA deverá fiscalizar, de forma contínua, a execução do objeto, de forma a antecipar possíveis não conformidades e adotar as medidas necessárias à sua correção. * O Fiscal Técnico deverá manter registros formais e contínuos de não conformidades, para fundamentar eventual rescisão e proteger a Administração Pública de responsabilização futura.	* Notificação formal da Contratada, pela GOINFRA, sobre as não conformidades identificadas, fixando prazo para regularização. * Execução das garantias contratuais (conforme art. 96 da Lei Federal 14.133/2021) pela Contratada, para cobertura de prejuízos, quando aplicável. * A GOINFRA deve facultar, em conformidade com o § 7º do art. 90 da Lei Federal 14.133/2021, pela convocação das demais licitantes classificadas para contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento; ou providenciar a realização de nova licitação. * Instrução, pela GOINFRA, de processo administrativo para apurar responsabilização da Contratada, além de falhas ou conivências no acompanhamento da obra, quando cabível.
			* Aumento dos custos inicialmente previstos	●		
			* Judicialização, impedindo a retomada do objeto, ou atrasando nova contratação	●		
	33	Atraso ou inadimplência nos pagamentos por indisponibilidade de recursos	* Atrasos na execução da obra por falta/atraso no pagamento à Contratada	●	* Emissão de Ordem de Serviço, pela GOINFRA, para início da execução do objeto, somente com a garantia da disponibilidade do recurso financeiro. * Previsão contratual de cláusulas que estabeleçam o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.	*O Gestor do Contrato deverá verificar internamente os motivos para a inadimplência e atuar para a resolução diligente visando a manutenção do contrato. *Solicitação, pela Contratada, da extinção do contrato, nos casos previstos no §2º do art. 137 da Lei Federal 14.133/2021. *Registro formal, pela Contratada, das paralisações e dos impactos causados pelos atrasos de pagamento. *Elaboração, pela Contratada, de plano emergencial para orientar a retomada da obra após a regularização do pagamento. *Solicitação, pela Contratada, de eventual aditivo de valor em seu favor, caso haja impacto financeiro comprovado. *O Gestor do Contrato deve registrar/formalizar no processo todos os fatos ocorridos durante a gestão do contrato.
			*Paralisação total da obra por inviabilidade financeira	●	* Garantia de que a Contratada e o Fiscal Técnico elaborem as medições segundo os critérios e a periodicidade estabelecida em contrato, adotando as normativas internas da GOINFRA, de forma a assegurar a celeridade do processo e o cumprimento dos prazos de instrução processual e de efetivação do pagamento. * Cumprimento, pela Contratada, do disposto no Edital, no Contrato e em seus anexos, bem como nas normativas internas da GOINFRA, quanto aos prazos e critérios de apresentação da documentação necessária à instrução e comprovação da medição.	
			*Reclamações administrativas ou judiciais da Contratada	●	* Execução do objeto, pela Contratada, com base no cronograma físico-financeiro e no eventograma, mantendo os registros fidedignos necessários de sua comprovação (diários de obra, resultados de controle tecnológico, relatórios de execução etc.).	
			*Comprometimento da entrega da obra, de metas institucionais e das políticas públicas associadas	●		
	34	Ação ou omissão da GOINFRA que, incidindo direta e especificamente sobre o contrato, retarde ou impeça sua execução	* Alteração dos prazos inicialmente previstos para a entrega do objeto	●	* Definição clara, pela GOINFRA, das responsabilidades internas relacionadas à fiscalização, gestão do contrato, apoio técnico e tramitação administrativa, com registro formal nos autos do processo. * Padronização, pela GOINFRA, de fluxos, procedimentos e modelos de documentos para fiscalização, acompanhamento contratual e resposta às demandas da Contratada, incluindo prazos de análise e manifestação.	*Identificação imediata, pela GOINFRA, da ação ou pendência administrativa que esteja impactando a execução contratual, com registro formal no processo. *Comunicação formal à Contratada, informando a situação identificada, as providências adotadas e, quando possível, a previsão de regularização. *A Contratada pode solicitar a extinção do contrato, nos casos previstos no § 2º do art. 137 da Lei Federal 14.133/2021. *O Gestor da Parceria deve realizar reuniões emergenciais para o levantamento das causas e a definição de plano de ação corretiva. *A GOINFRA, por meio do Gestor do Contrato, deverá responder formalmente a Contratada, informando a situação e os passos para sua solução. *A GOINFRA deve mobilizar-se para a priorização da tramitação administrativa pendente. *O Gestor do Contrato poderá solicitar à autoridade competente a abertura de processo administrativo de apuração de responsabilidades. *Elaboração, Fiscal Técnico, de relatório circunstanciado sobre os impactos no prazo e no custo do contrato, para subsidiar eventual reprogramação do cronograma ou outras medidas contratuais cabíveis.
			*Implicações financeiras decorrentes de atrasos, como aumento de custos e solicitação de aditivos	●	* Estabelecimento de canais formais de comunicação entre Gestor/Fiscal Técnico e a Contratada, com registros sistemáticos no SEI, de forma a evitar decisões informais ou desencontro de orientações. * Capacitação e orientação dos agentes da GOINFRA envolvidos na gestão e fiscalização contratual quanto às atribuições, limites de atuação e procedimentos institucionais aplicáveis.	
			* Rescisão contratual	●	* Planejamento prévio da atuação administrativa da GOINFRA, especialmente em contratos complexos, assegurando disponibilidade mínima de recursos humanos e definição de rotinas de acompanhamento. * Emissão de Ordem de Serviço, pela GOINFRA, para início da execução do objeto, somente com a garantia da disponibilidade do recurso financeiro.	
	35	Alteração de especificações por obsolescência ou para inserção de novas tecnologias	* Alteração dos prazos inicialmente previstos para a entrega do objeto	●		*Notificação da Contratada, pela GOINFRA, quando identificada inadequação tecnológica, solicitando a apresentação de um plano de correção detalhado, quando aplicável. *Avaliação técnica, pela GOINFRA, da necessidade e da viabilidade da alteração tecnológica, considerando impactos no prazo, custo, desempenho e qualidade do objeto. *Suspensão pontual da execução dos serviços afetados, quando necessário, até a validação formal da nova solução. *Replanejamento do cronograma, pela Contratada, subsidiando a continuidade de frentes de serviço em áreas não afetadas pela alteração, até sua validação. *Revisão dos projetos pela GOINFRA, com apoio técnico especializado, e posterior aprovação formal da alteração. *Análise técnica e financeira, pela GOINFRA, do impacto da alteração na eficiência, qualidade e custo do projeto. *Formalização de aditivo contratual, quando cabível, para ajuste de escopo, prazo e/ou valor, nos termos da legislação vigente. *Reprogramação do cronograma físico-financeiro, de forma a mitigar impactos sobre a execução global do contrato. *Execução da alteração pela Contratada, após autorização formal, respondendo exclusivamente pela correta implementação da solução aprovada. *O Gestor do Contrato deve documentar todas as mudanças, impactos e decisões, assegurando rastreabilidade e proteção jurídica para a Administração.
			* Necessidade de alterações nos projetos		* Elaboração, pela GOINFRA, de projetos com nível adequado de maturidade técnica, considerando soluções consolidadas, compatíveis com a vida útil do empreendimento e com o estado da arte à época da licitação. * Avaliação técnica prévia, pela GOINFRA, da necessidade de adoção de novas tecnologias, considerando custo-benefício, riscos de obsolescência, impactos na execução e na manutenção futura. * Previsão, nos instrumentos da contratação, de critérios objetivos para eventual atualização tecnológica, delimitando hipóteses, procedimentos e responsabilidades.	
			*Alteração dos custos inicialmente previstos para a entrega do objeto	●	* Acompanhamento, pela GOINFRA, da evolução normativa e tecnológica que possa impactar o objeto, especialmente em contratos de maior duração. * Vedação expressa à alteração unilateral de soluções técnicas pela Contratada, sem prévia análise e autorização formal da GOINFRA. * O Edital deve prever especificações técnicas que exijam o uso de tecnologias e equipamentos atualizados, em conformidade com as melhores práticas de engenharia e sustentabilidade.	
			* Interferência ou retrabalho quando da adequação a nova solução/tecnologia			
	36	Elaboração inadequada ou incompleta dos documentos técnicos obrigatórios fornecidos pela CONTRATADA (Eventograma, Cronograma Físico-Financeiro, entre outros), comprometendo o acompanhamento da execução contratual	* Atrasos na obra por falhas de planejamento	●		* Encaminhamento, pela GOINFRA, de todos os documentos rejeitados ou inconsistentes para imediata retificação pela Contratada. * Substituição, pela Contratada, da equipe técnica responsável, caso as inconsistências comprometam o bom desenvolvimento do objeto ou demonstrem desempenho insatisfatório. * A GOINFRA não deverá realizar novos pagamentos enquanto a Contratada não providenciar a regularização de suas obrigações. * Caso necessário, a Contratada deverá propor aditivo contratual com alterações nos documentos técnicos, após realizadas suas respectivas correções. * O Gestor do Contrato deve documentar todas as mudanças, impactos e decisões, assegurando rastreabilidade e proteção jurídica para a Administração.
			* Comprometimento da qualidade dos serviços		* Observação, pela Contratada, de normativas e manuais da GOINFRA para orientar a elaboração dos documentos técnicos obrigatórios.	
			* Rejeição da medição por pendência documental		* Adoção, pela Contratada, de metodologias consolidadas de planejamento para elaboração de documentação técnica obrigatória. * Validação técnica, pela GOINFRA, de todos os documentos elaborados pela Contratada, antes do início da execução e sempre que for necessária alteração, de forma a garantir a sua compatibilidade e adequação.	
			* Retrabalho e necessidade de novas contratações para continuidade da obra.			
			* Aumento do risco de sanções contratuais e questionamentos dos órgãos de controle	●		

CATEGORIA E DESCRIÇÃO DO RISCO			ALOCÇÃO DE RISCOS		MEDIDAS DE PREVENÇÃO	AÇÕES DE CONTINGÊNCIA
GRUPO	RISCO	CONSEQUÊNCIAS	PÚBLICO	PRIVADO		
			GOINFRA	CONTRATADA		
RISCOS FINANCEIROS	37	Insuficiência de liquidez financeira, declaração de falência ou recuperação judicial da contratada	* Realização de nova contratação e consequente atraso na entrega do objeto	●	<p>* Exigência, pela GOINFRA, durante a licitação, de comprovação de capacidade econômico-financeira, bem como histórico de litígios e ações judiciais, na fase de habilitação da licitação, em conformidade com o art. 63 da Lei Federal 14.133/2021.</p> <p>* Inclusão pela GOINFRA, de cláusula contratual que preveja a aplicação de penalidades no caso de rescisão unilateral do instrumento por culpa da Contratada, bem como a responsabilização desta por perdas e danos.</p> <p>* Garantia, pela GOINFRA, de disponibilidade do recurso financeiro para pagamento da Contratada, sempre respeitando as condições de pagamento definidas no edital e no contrato.</p> <p>* Avaliação, pela GOINFRA, do eventograma da obra, de sua aderência à norma técnica vigente, ao estabelecimento de eventos que favoreçam o fluxo de caixa da Contratada e à remuneração somente com o cumprimento integral dos eventos.</p>	<p>* Identificação, pela GOINFRA, do risco de insolvência da Contratada e abertura/encaminhamento de notificação formal.</p> <p>* Comunicação formal à GOINFRA, pela Contratada, no caso de sua insolvência.</p> <p>* Aciornamento, pela Contratada, do seguro-garantia, quando da impossibilidade de dar sequência ou de retomar a execução do objeto.</p> <p>* Faculdade, pela GOINFRA, em conformidade com o § 7º do art. 90 da Lei Federal 14.133/2021, de convocação dos demais licitantes classificados para contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento; ou providência emergencial de realização de nova licitação.</p> <p>* Negociação, pela GOINFRA, com a Contratada, para uma transição organizada, evitando o abandono do canteiro.</p> <p>* O Gestor do Contrato deve registrar/formalizar no processo todos os fatos ocorridos durante a gestão do contrato.</p>
			* Paralisação total ou parcial da obra por incapacidade de manter equipe, fornecedores e materiais	●		
			* Custos de manutenção e vigilância do canteiro de obras, em caso de paralisação e/ou rescisão contratual	●		
			* Judicialização, impedindo a retomada do objeto, ou atrasando nova contratação	●		
			* Possível perda/decrepitude dos serviços executados	●		
	38	Atraso ou in conformidade na apresentação da documentação necessária para instrução da medição	* Notificação à Contratada para saneamento das inconformidades	●	<p>* Cumprimento, pela Contratada, do disposto no Edital, no Contrato e em seus anexos, bem como nas normativas internas da GOINFRA, quanto aos prazos e critérios de apresentação da documentação necessária à instrução e comprovação da medição.</p> <p>* Execução do objeto, pela Contratada, com base no cronograma físico-financeiro e no eventograma, mantendo os registros fidedignos necessários de sua comprovação (diários de obra, resultados de controle tecnológico, relatórios de execução etc.).</p> <p>* Acompanhamento contínuo, pelo Fiscal Técnico, com apoio da Supervisora, do cumprimento dos prazos de entrega das medições, com emissão de alertas para documentação pendente ou inconforme.</p>	<p>* Notificação formal, pela GOINFRA, sobre inconformidades detectadas na documentação de medição ou sobre a ausência de encaminhamento.</p> <p>* Arbitramento, pela GOINFRA, de prazo para o saneamento ou a complementação documental pela Contratada.</p> <p>* O Fiscal Técnico deve, de ofício, elaborar e apresentar a planilha de medição contendo o acompanhamento dos eventos executados, na hipótese de não apresentação pela Contratada.</p> <p>* O Gestor do Contrato deverá solicitar à autoridade competente a abertura de processo administrativo de apuração de responsabilidades contra a Contratada, no caso de constatação e permanência de não-conformidades.</p> <p>* Paralisação, pela GOINFRA, da contagem dos prazos previstos para encaminhamento do processo de medição, até a regularização necessária, com aviso formal à Contratada.</p> <p>* Avaliação, pela GOINFRA, da viabilidade jurídica de substituição da contratada, caso se constate incapacidade de elaboração e encaminhamento dos documentos necessários à instrução processual de medição e de pagamento.</p> <p>* O Gestor do Contrato deve documentar rigorosamente todas as ocorrências correlatas, para o resguardo institucional.</p>
			* Suspensão dos pagamentos até regularização	●		
			* Possibilidade de rescisão antecipada do contrato.	●		
			* Necessidade de retrabalho e novas contratações para continuidade da obra.	●		
	39	Elevação imprevisível nos preços de insumos, que afete a equação econômico financeira do contrato	* Comprometimento da viabilidade contratual para a Contratada, com redução drástica da margem de lucro ou até prejuízo.	●	<p>* Inclusão, pela GOINFRA, de cláusula contratual contemplando mecanismos claros de reequilíbrio econômico-financeiro para variações de preços de insumos críticos que excedam a flutuação normal do mercado e os índices de reajuste padrão, incluindo gatilhos e metodologias de cálculo.</p> <p>* Realização, pela GOINFRA, de estudos de mercado detalhados, na fase de elaboração do anteprojeto, considerando a volatilidade histórica dos preços dos insumos mais relevantes e elaborando projeções realistas.</p> <p>* Avaliação, pela Contratada, da viabilidade de firmar contratos de fornecimento de longo prazo com preços fixados, ou opções de compra futura para insumos de alta criticidade e volatilidade, quando aplicável.</p> <p>* Incentivo ou exigência, pela GOINFRA, da diversificação da cadeia de suprimentos da Contratada, a fim de reduzir a dependência de um único fornecedor.</p>	<p>* Comunicação formal, pela Contratada, da elevação de preços, apresentando evidências documentais, como notas fiscais e cotações, que comprovem a variação e seu impacto sobre a equação econômico financeira do contrato.</p> <p>* Realização, pelo Fiscal Técnico, de análise rigorosa da comprovação apresentada, validando a elevação e quantificando o valor necessário para o reequilíbrio econômico-financeiro, à luz das normas, diretrizes e legislação vigente.</p> <p>* Formalização, pela GOINFRA, via termo aditivo contratual, do reequilíbrio do contrato, com base na legislação aplicável e nos mecanismos contratuais aplicáveis.</p> <p>* Busca ativa, pela Contratada, de fornecedores alternativos ou, se viável tecnicamente e sem perda de qualidade, de insumos substitutos para mitigar o impacto da alta de preços.</p> <p>* Avaliação, pela Contratada, do impacto da elevação de preços no cronograma da obra (devido à escassez ou à tramitação do processo de reequilíbrio) e ajuste do planejamento, para minimizar os atrasos. Verificar a necessidade de solicitação de aditivo ao contrato para repactuação do cronograma físico-financeiro.</p> <p>* O Gestor do Contrato deve documentar rigorosamente todas as ocorrências correlatas, para o resguardo institucional.</p>
			* Necessidade de aportes orçamentários adicionais para a Contratada, não cobertos pelos mecanismos de reajuste.	●		
			* Interrupção das atividades ou atrasos no cronograma.	●		
			* Tentativa de substituição de insumos por alternativas de menor custo e qualidade inferior, comprometendo o desempenho da obra.	●		
			* Disputas e desgastes entre Administração Pública e a Contratada.	●		

CATEGORIA E DESCRIÇÃO DO RISCO				ALOCÇÃO DE RISCOS		MEDIDAS DE PREVENÇÃO	AÇÕES DE CONTINGÊNCIA
GRUPO	RISCO		CONSEQUÊNCIAS	PÚBLICO	PRIVADO		
				GOINFRA	CONTRATADA		
RISCOS FINANCEIROS	40	Custo final de construção superior ao valor total contratado	*Inexecução parcial da obra por esgotamento dos recursos da Contratada	[●]	●	* Elaboração prioritária, pela Contratada, de eventograma e de planejamento detalhados, a serem atualizados após validação dos projetos básicos e executivos. * Acompanhamento, pela Contratada, do cumprimento do cronograma físico-financeiro e do atingimento das metas do eventograma, elaborados considerando pagamentos aderentes a entregas mensuráveis, que favoreçam o fluxo de caixa e a saúde financeira do contrato. * Estabelecimento, pela GOINFRA, de cláusulas contratuais que incluam as obrigações da Contratada, de arcar com o risco em questão.	* Apresentação, pela Contratada, de plano emergencial para viabilização da continuidade da obra. * Documentação detalhada, pela GOINFRA, dos motivos da extrapolação do orçamento e registro de informações para eventual responsabilização ou defesa institucional. * Registro, pelo Gestor, de todos os fatos ocorridos durante a gestão do contrato para constituir histórico de informações do contrato. * Realização, pela GOINFRA, de avaliação jurídica sobre a possibilidade de revisão do contrato, se amparada por fato superveniente e imprevisível.
			*Impossibilidade de aditivo contratual em razão do modelo de contratação		●		
			*Alteração dos custos inicialmente previstos para a entrega do objeto	[●]	●		
			*Necessidade de devolução de valores, glosa ou imputação de débito pelos órgãos de controle	[●]	●		
	41	Risco de inflação (variação ordinária) , flutuação cambial, flutuação da taxa de juros, indisponibilidade de seguro e refinanciamento	* Desequilíbrio econômico financeiro		●	* Inclusão, pela GOINFRA, de cláusula contratual que possibilite o reequilíbrio econômico-financeiro, considerando a variação de índices de inflação, flutuação cambial (para insumos importados) e variação da taxa de juros (para financiamentos). * Acompanhamento, pela Contratada, dos indicadores de inflação, juros e câmbio, informando à GOINFRA qualquer movimentação inesperada. * Inclusão, pela GOINFRA, de cláusula contratual que obrigue a contratação, pela Contratada, de seguro adequado e compatível com as características do objeto e do vulto dos riscos associados.	*Solicitação formal, pela Contratada junto à GOINFRA, para concessão de reequilíbrio econômico-financeiro, incluindo comprovação técnica da variação e do impacto sobre o objeto contratado. *Análise rigorosa da solicitação, pelo Fiscal Técnico, emitindo parecer sobre sua validação e sobre a quantificação do valor necessário para o reequilíbrio econômico-financeiro. *Formalização, pela GOINFRA, via termo aditivo contratual, do reequilíbrio do contrato, com base na legislação aplicável e nos mecanismos contratuais específicos, incluindo a repactuação do cronograma físico-financeiro em caso de impacto comprovado, superveniente e inevitável. *Substituição, pela Contratada, de fornecedores ou de métodos construtivos que mitiguem o impacto das flutuações sobre os insumos mais afetados. *Suspensão temporária, pela Contratada, de etapas não críticas da obra enquanto se analisa a viabilidade de recomposição de valores via reequilíbrio contratual. *Em caso de indisponibilidade de seguro, a Contratada deve viabilizar alternativas jurídicas e financeiras compatíveis com o risco.
			*Alteração dos custos inicialmente previstos para a entrega do objeto	[●]	●		
			* Falta de recursos financeiros, dificuldade de obtenção de crédito (refinanciamento) ou de garantias (seguro), levando à interrupção das atividades.	[●]	●		

LEGENDA: Símbolos de alocação de risco

●	Alocação Principal (Ônus Direto): Identifica a parte que deve absorver o impacto financeiro primário e a responsabilidade técnica direta pela ocorrência do risco. No caso da Contratada, implica que ela não terá direito a reequilíbrio financeiro ou aditivos de valor para este item. No caso da GOINFRA, indica que o Estado assume o custo extraordinário decorrente do evento.
[●]	Risco Residual (Gestão de Impacto): Identifica a parte que, embora não seja a causadora do risco, sofre as consequências indiretas e deve atuar na mitigação dos efeitos.
	Sem Alocação: Indica que a parte não possui responsabilidade direta ou impacto mapeado para aquela consequência específica, sendo o risco transferido ou retido integralmente pela outra parte.